

“O relatório de gestão é um documento de prestação de contas que, à semelhança, das demonstrações financeiras, tem por objectivo disponibilizar informação de carácter económico, financeiro e social sobre a entidade a que respeita a um conjunto alargado de destinatários e utilizadores dessa informação”

(OROC, Revisores & Empresas, Out. /Dez. /2001, pág. 46)

Índice

Parte I - Apresentação. Linhas de Orientação	3
1. Nota Introdutória.....	3
2. Missão, Visão, Valores, Objectivos e Linhas de Orientação Estratégica.....	4
2.1 Missão, Visão, Valores	4
2.2 Objectivos e Linhas de Orientação Estratégica	5
Parte II - Linhas de orientação estratégica – Actividades desenvolvidas	6
Parte III - Meios Humanos.....	15
1. Caracterização dos Recursos Humanos.....	17
1.1 Efectivos.....	17
1.2 Qualificações.....	19
1.3 Formação	20
1.4 Estrutura Etária e de Género	21
2. Factos Relevantes	22
2.1. Reorganização dos Serviços	22
2.2. Medidas/Alterações Legislativas.....	23
2.3. Implementação do SIADAP	24
2.4. Responsabilidade Social	24
Parte IV - Análise Orçamental, Económica e Financeira	25
1. Análise Orçamental	25
1.1 Execução Orçamental	25
1.2 Receita	28
1.3 Despesa	35
2. Análise das Grandes Opções do Plano – GOP.....	44
2.1 Execução das GOP.....	44
3. Análise Patrimonial.....	46
3.1 Componente Económica.....	46
3.2 Componente Financeira.....	50
Parte V - Conclusão	61
1. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	61
2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	61

Parte I - Apresentação. Linhas de Orientação

1. Nota Introdutória

Em sede de prestação de contas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, define os documentos essencialmente de natureza orçamental e financeira a apresentar e a submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, igualmente ao julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental.

Em conformidade com o Ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e para cumprimento do disposto no artigo 3º da n.º Lei 2/2007, de 15 Janeiro (Lei das Finanças Locais), o órgão executivo deve ainda apresentar ao órgão Deliberativo Municipal um relatório de gestão que evidencie a situação económica, orçamental e financeira do Município de Sines, bem como salientar as actividades/investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano de 2010.

Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o presente documento constitui o Relatório de Gestão do exercício de 2010. Este é um documento que evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pelo Município de Sines e a eficácia na realização dos objectivos inicialmente aprovados.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas em apreço foram ainda tidas em devida conta, além do citado POCAL, as disposições da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas (vide o Diário da República, 2.ª Série, n.º 191), que aprovou as “Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais” e os respectivos anexos (I a VIII).

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Sines no ano de 2010 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

2. Missão, Visão, Valores, Objectivos e Linhas de Orientação Estratégica

2.1 Missão, Visão, Valores

Visão

Temos uma visão do território como um espaço de potencialidades a desenvolver nas áreas marítima, portuária, industrial, logística, pescas e desenvolvimento turístico.

Queremos desenvolver e valorizar este espaço de projecção regional e nacional, qualificar a cidade e potenciar o desenvolvimento e afirmação do pólo turístico de Porto Covo.

Queremos continuar a merecer a confiança da população de Sines e do colectivo de trabalhadores das autarquias, na defesa dos seus interesses e direitos, na valorização da sua identidade e património, na defesa intransigente do interesse público.

Missão

Promovemos o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, potenciando a qualidade de vida dos cidadãos.

“Realizamos o interesse público”

Valores

- ✓ **QUALIDADE** (Focalização no serviço a prestar ao munícipe e nas suas necessidades actuais e futuras;
- ✓ **RESPONSABILIDADE** (Dedicação e lealdade à missão de serviço público)
- ✓ **TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO**
- ✓ **EQUIDADE**
- ✓ **EFICÁCIA NA GESTÃO**
- ✓ **SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL**
- ✓ **SUSTENTABILIDADE** (Cuidar do presente e do futuro de Sines, conciliando a visão e o estratégico das necessidades de hoje sem comprometer o futuro)

2.2 Objectivos e Linhas de Orientação Estratégica

As Opções do Plano para 2010 - 2013 enquadraram-se na Estratégia de Governo Local assente no Macro – Objectivo: **Sines Território de Excelência**, o qual se desenvolve em torno dos seguintes **objectivos estratégicos**:

1. **Consolidar Sines como um território atractivo para viver e trabalhar**, multiplicando oportunidades e reproduzindo progresso, generalizando a igualdade de oportunidades e promovendo a solidariedade e bem-estar social para todos. Construir uma cidade, qualificada e atractiva, ganhando dimensão crítica relevante.
2. **Promover Sines como território de investimento, competitividade e inovação.**
3. **Consolidar Porto Covo** como Pólo do desenvolvimento turístico do concelho e reforçar o seu papel de núcleo estruturante no desenvolvimento do Pólo Turístico do Alentejo Litoral.
4. **Aprofundar o modelo de governação municipal**, apostando na qualificação do serviço público próximo do cidadão, valorizando os recursos humanos e equilibrando a situação financeira da autarquia.

Em 2010 considerando as prioridades assumidas pelo Executivo, foram definidas as seguintes **Linhas de Orientação Estratégica**:

1. **Equilibrar a situação financeira da autarquia**, com a introdução de medidas adequadas à racionalização e contenção da despesa pública municipal e de aumento da receita, de forma a garantir a prossecução dos investimentos necessários à concretização da estratégia municipal e de modo a que a autarquia possa cumprir com os compromissos assumidos.
2. **Qualificar e melhorar a prestação de serviço público, valorizando a intervenção dos trabalhadores.**
3. **Desenvolver o sistema educativo, cultural e desportivo.**
4. **Promover pelo reforço da competitividade do concelho de Sines**, reforçando o seu papel na região e no país, e qualificar a cidade de Sines, reforçando a sua identidade e potenciando as suas “marcas distintivas”.
5. **Criar oportunidades para a juventude, desenvolver e aprofundar a solidariedade e a segurança de todos.**

Parte II - Linhas de orientação estratégica – Actividades desenvolvidas

O ano 2010 fica marcado, por um lado, pelo contexto de grave crise económica vivida no país, com consequências directas na gestão municipal e, por outro lado, pelo contexto de oportunidade introduzido pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional, com possibilidade de candidatura a financiamento comunitário de diversos projectos estruturantes para o concelho num leque abrangente de áreas de actuação da autarquia.

Assim, o município de Sines enfrentou em 2010 o desafio de, por um lado, procurar conter despesa, sobretudo de natureza corrente e, por outro lado, de criar condições para garantir a contrapartida nacional referente aos projectos candidatados ao QREN e de consolidar tais candidaturas em condições mais favoráveis, de acordo com as orientações emanadas pelo Estado Português.

Enfrentar tal desafio implicou, desde logo, a introdução de mudanças do ponto de vista organizacional, no sentido de adequar a estrutura e os serviços a um contexto de grande rigor e contenção orçamental, procurando, no entanto, manter os níveis de motivação dos trabalhadores da autarquia.

Neste âmbito, destacam-se as medidas introduzidas ao nível da gestão de recursos humanos, designadamente no que se refere à reestruturação dos serviços municipais, à implementação do SIADAP pela 1ª vez em 2010, à contenção e rigor no controlo do trabalho extraordinário, bem como no que respeita à formação profissional, tendo sido realizado diagnóstico de necessidades de formação dos trabalhadores e realizadas diversas acções de carácter intensivo projectadas especificamente para os trabalhadores da Câmara Municipal de Sines com vista à sua maior capacitação profissional.

Também nas áreas integradas no Departamento de Administração e Finanças, foram introduzidas medidas, sobretudo ao nível dos procedimentos e métodos de trabalho que a curto/médio prazo apresentarão os seus frutos com reflexos directos na qualificação da situação financeira da autarquia.

De entre tais medidas, destacam-se as seguintes:

- Estudo para avaliação do custo de implementação de sistemas de videovigilância nos edifícios municipais;
- Levantamento de seguros e início de procedimento de contratação de seguros para a CMS;
- Agregação de compras, reduzindo o número de procedimentos de ajuste directo no regime simplificado, face ao ano anterior, tendo sido privilegiados os procedimentos de ajuste directo no regime geral e de concurso público, para as aquisições de bens e serviços;

- Projecto de intervenção, nos vários espaços afectos ao Armazém Geral, com vista a tornar o espaço mais funcional e de modo a estarem reunidas as condições de segurança e salvaguarda dos activos.
- Elaboração de Manual de Procedimentos de Contratação Pública (Bens e Serviços).
- Efectuado levantamento das necessidades para desenvolvimento de projecto em 2011 para implementação da contabilidade de custos na CMS.
- Recolha de informação relativa ao contributo de diversos serviços de forma a ser preparada proposta de revisão de Norma de Controlo Interno;
- Efectuado estudo referente à viabilidade de concessão dos refeitórios municipais;
- Efectuados os registos e o abate, de todos os terrenos que foram objecto da Permuta efectuada entre o Município de Sines e a APS.
- Identificadas as Habitações arrendadas em edifícios que já não são na totalidade propriedade do Município. Foi constituída a Propriedade Horizontal do Prédio da Rua da Reforma Agrária nº 3, de forma a permitir a venda das fracções, foi proposta a venda a todos os arrendatários. Em 2010 foi vendida a fracção E, em 2011 já foram vendidas mais fracções.
- Actualização do Cadastro Rústico do Município de Sines, tendo sido analisados e instruídos 74 processos que se encontravam pendentes no IGP; anulados 32 processos; analisados 138 processos em relação aos quais foram efectuadas informações que foram enviadas a outros Serviços para análise e resposta.
- Identificação de Lotes de Terreno susceptíveis de Alienação.

A implementação das medidas supra – referidas e o aprofundamento de outras já estruturadas para 2011 são fundamentais para que a CMS consiga responder, de forma afirmativa, aos desafios e oportunidades de investimento introduzidas pelo QREN, executando obras de grande relevância no concelho, reforçando a sua atractividade.

Considerando que 2010 foi um ano em que, mais do que obras, se efectuou planeamento, mais concretamente o planeamento de candidaturas ao QREN, as quais, como já ficou dito foram desenvolvidas num contexto de grande pressão, de modo a habilitar o município a beneficiar das mais vantajosas condições de financiamento, apresenta-se, de seguida, um mapa com o ponto de situação das principais candidaturas, na medida que se trata de informação muito relevante no contexto desta prestação de contas:

DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO
Programa de Acção para a Regeneração Urbana de Sines, com as seguintes Operações	Aprovada candidatura com valor global de investimento de 9.454.847,00€, e com uma comparticipação de 80%, a que corresponde financiamento comunitário de 7.563.637,00€
Operação A- Avenida Vasco da Gama	Valor da candidatura: 2.435.927,00€
Operação B – Consolidação e requalificação da Falésia	Valor da candidatura: 1.725.303,00€
Operação J- Acesso Vertical/ Elevador	Valor da candidatura: 800.000,00€
	Estas 3 Operações foram juntas numa única candidatura, a qual, já com o valor da adjudicação da empreitada, com os custos do projecto e fiscalização e com custos de obras anteriormente executadas, ascende a 5.415.039€
Operação C – Pátio das Artes	Valor da candidatura: 200.000,00€. Após lançamento do concurso e adjudicação da obra, o custo da Operação será de 101.429,00€
Operação D – Requalificação de Espaços Pedonais	Valor da candidatura: 623.028,00€. Após lançamento do concurso e adjudicação da obra, o custo da operação será de 366.100,00€
Operação E – Repavimentação e requalificação de Arruamentos	Valor da candidatura: 1.471.078,00€. Após lançamento do concurso e adjudicação da obra, o custo da operação será de 903.971,00€. Face a este valor, a CMS já decidiu alargar a intervenção a mais arruamentos;
Operação I – Câmara Velha	Valor da candidatura 952.991,00€. Após lançamento do concurso e adjudicação da obra, o custo da operação será de: 510.808,00€
Operação O – Plano de comunicação	Valor da candidatura: 109.091,00€. Após lançamento dos concursos o custo da operação será de 100.000,00€
Operação P – Gestão da Parceria	Valor da candidatura: 150.000,00. Após concurso e adjudicação, o custo da Operação será de 143.950,00€
Operação K – elaboração de Estudo de Urbanismo Comercial para o Centro Histórico de Sines	Valor da candidatura: 30.000,00€ Operação da responsabilidade da Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal
Operação L – Animação de Rua	Valor da candidatura: 100.000,00 Operação da responsabilidade da Associação Contra Regra
Operação M – Dinamização Musical e Artística	Valor da candidatura: 20.000,00€. Operação da responsabilidade da Associação Pró-Artes de Sines
Contratualização - Contratação com a CIMAL	
Escola EBJI do PP sul	Escola já construída e em funcionamento desde Setembro de 2009 O valor desta candidatura foi de: 1.775.183€
Escola EBJI – Vasco da Gama	O valor da candidatura é de 2.395.037€ a qual tem a aprovação de uma comparticipação de 70% e foi reprogramada para uma comparticipação de 80%. Adjudicada e em construção.
EBJI – Porto Covo	Valor da candidatura: 1.426.237€
	Embora não tenha sido ainda recebida a comunicação de aprovação da candidatura, consideramos a mesma aprovada. Foi lançado o concurso para a sua adjudicação.

DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO
Contratualização - Contratação com a CIMAL	
Ligação EN 120 à Ribeira da Azenha – E.M. 554	Valor da candidatura aprovada: 1.310.704,00. Após lançamento do concurso e adjudicação da obra, o custo previsto será de 928.297,00€.
Ligação EN 120 à Ribeira da Azenha – C.M. 1115	Valor da candidatura aprovada: 1.958.976,00€. Após lançamento do concurso e adjudicação da obra, o custo previsto é de 1.240.135,00€
Sistema de gestão documental	Valor da candidatura aprovada: 97.829,00€
Política de Cidades – Rede Urbana para a Competitividade e Inovação	
Festival de Músicas do Mundo 2010/2012	Valor da candidatura aprovada 1.270.00€ O valor estimado a receber como comparticipação nos 3 anos é aproximadamente de 538.000,00€
Escola das Artes de Sines	O valor da candidatura aprovada é de: 1.070.000,00€. O valor estimado a receber é de aproximadamente 528.851,00€
CORREDOR AZUL- Rede Urbana para a Competitividade e Inovação	
Academia das Energias	Construção de um pavilhão multifuncional equipado para dar formação na área das energias renováveis. Valor da candidatura aprovada: 730.000,00€ Lançado o concurso e adjudicada a obra.
Fundo de eficiência energética	Valor da candidatura aprovada: 205.000,00€ Lançado o concurso
Fomento e absorção de Tecnologia	Valor da candidatura aprovada: 290.000,00€ Lançado o concurso
Empreender na Escola	Valor da candidatura 275.000,00€ Lançado concurso
EDUCAÇÃO	
Regime de fruta Escolar	Aprovada candidatura para distribuição de fruta aos alunos do 1º ciclo. Valor da candidatura: 7.158,00€

Apresenta-se, de seguida, o quadro ilustrativo do grau de execução das actividades previstas em AMR'S e PPI para 2010, cuja leitura permite obter uma noção clara relativamente ao grau de execução dos projectos previstos pelo executivo municipal para o ano 2010, bem como justificar a não concretização de alguns desses projectos.

De uma forma geral, a não execução de alguns dos projectos previstos ficou a dever-se à falta de financiamento para a execução dos mesmos e/ou à sua não integração nos projectos considerados mais prioritários pelo executivo municipal, tendo em conta o contexto de contenção e respectivo programa de redução de custos que, naturalmente, obriga à fixação de vários níveis de prioridade, de modo a garantir a execução dos projectos e actividades mais relevantes sem comprometer a situação financeira da autarquia.

ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR)	Grau de Execução	Observações
Funções Gerais		
Serviços Gerais da Adm. Pública		
Estudos e Consultadoria	Executado	
Formação profissional	Executado	
Convívio de Natal dos Trabalhadores	Executado	
Jornal Municipal "O Sineense"	Executado	6 Edições
Sines em Agenda	Executado	6 Edições
Boletim Interno	Executado	2 Edições
Divulgação de actividades do Município	Executado	Realizado através de todos os meios disponíveis (impressões-pequenos e grandes formatos, electrónicos)
Decoração de Natal-espacos interiores	Executado	Actividade executada, sem despesa, na medida em que foi reaproveitado o material de anos anteriores
Divulgação de programa sobre Território, Ambiente e Qualidade vida	Parcialmente executado	A verba disponível foi utilizada para divulgação do Mês do Centro Histórico. A execução financeira foi baixa porque a actividade contemplava material para divulgação do novo PDM, que não foi necessário produzir
Programa de Acção p/reg.Urbana-Divulgação	Parcialmente executado	Executados os materiais necessários para divulgação das actividades das operações: Dinamização Musical e Artística e Animação de Rua. A produção do Site foi iniciada no último trimestre do ano
Segurança e Ordem Pública		
Apoios a instituições e Colectiv-Protecção Civil	Executado	
Funções Sociais		
Educação		
Apoio a Instituições e Colectividades - Educação	Executado	
Apoio Social Escolar-livros e material Escolar	Executado	
Apoio Social Escolar - Bolsas Estudo p/ Ensino Superior	Executado	
Bolsas Estudo p/ensino artístico	Não executado	Não foi desenvolvido o processo de candidatura. O projecto destinava-se sobretudo a apoiar alunos carenciados da EAS e a própria escola avançou com um processo de atribuição de bolsas
Aquisição material didáctico	Executado	
Transportes Escolares	Executado	
Actividades de enriquecimento curricular	Executado	
Agenda da Educação	Não executado	Considerado não prioritário no contexto de contenção de despesa
Recepção à Comunidade Educativa	Executado	
Mês da criança e da educação	Executado	Realizadas as Comemorações do Dia Internacional da Criança no dia 1 de Junho
Festa de Natal	Executado	
Festa de Apresentação final ano lectivo	Parcialmente executado	Foi efectuada apresentação referente ao trabalho das AEC'S – expressão musical e expressão dramática
Brincadeiras aquáticas	Executado	
Olimpíadas Escolares	Não Executado	
Primeiras cambalhotas	Executado	
Escola V. Gama - Aquisição material didáctico	Executado	Aprovado atribuição ao Agrupamento Vertical das Escolas de Sines de uma verba no valor de 16.400,00 €, que servirá para suportar encargos com material didáctico, equipamentos informáticos, apoios e deslocações, passando a manutenção dos equipamentos de fotocópias e informáticos a ser directamente geridos pelo Agrupamento, numa perspectiva de eficácia e optimização de recursos

ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR)	Grau de Execução	Observações
Funções Sociais		
Segurança e Acções Sociais		
Apoio a instituições e Colectividades	Executado	
Rede Social	Executado	Elaboração do "Plano de Acção da Rede Social para o Ano de 2010, em parceria com as instituições e associações do concelho representadas nesta Rede
Passeio da Primavera	Não Executado	Programa de redução de custos da CMS
Espaços Sénior	Executado	
Convívio de Natal para Idosos	Executado	
Animação para idosos	Executado	
Habitação e serviços colectivos		
Sist. integrado de Mon. e controlo de gestão dos PMOT	Não executado	Projecto não executado face à introdução de novos projectos mais prioritários
Programa de sensibilização ambiental	Executado	
Desempenho ambiental nos serviços Municipais	Executado	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos		
Apoio a Instituições e Colectividades – Cultura	Executado	
Apoio a Instituições e Colectividades-Desporto	Executado	Elaborado Regulamento de Apoio ao Desporto e Associativismo Desportivo
Comemorações Dia do Município	Executado	
Comemorações 25 de Abril	Executado	
Festival Músicas do Mundo	Executado	
Maio em Sines	Executado	
Dia do Pescador	Executado	
Feira de Agosto	Executado	
Dia Internacional da Mulher	Executado	
Concerto da Pascoa	Executado	
Dia Mundial da Música	Executado	
Aniversário do CAS	Não executado	Realizaram-se várias actividades neste período, sem que especificamente se comemorasse o aniversário do CAS (Programa de redução de custos)
Fim de ano-fogo de artifício	Não executado	Condições meteorológicas e restrições financeiras
Actividades regulares do CAS	Executado	
Atelier/Formação	Executado	
Dia Mundial da Dança	Executado	
Cinema (Extensões/parcerias)	Executado	
Actividades do Centro de Exposições	Executado	
Serviço Educativo e Cultural	Executado	
Merchandising do CAS	Não executado	Não foi possível executar no decurso do trabalho anual do Serviço.
Actividade regular da Biblioteca	Executado	
Animação do Castelo – actividade regular	Executado	
Museu de Sines – Casa Vasco da Gama	Executado parcialmente	Actividade regular realizou-se 33%; Monografia sobre P.Côvo, adiada para procurar obter financiamento;"A Secreta Vida das Palavras"-o Executivo Municipal transferiu esta iniciativa para o CCEN;Aquisição de materiais de Educação, Cultura e Recreio, não se efectuou, porque a sala destinada foi cedida à PRÓARTES;"Música no Tempo da República"-realizado a 25% sendo o restante realizado pela Próartes e pelo Teatro do Mar, no âmbito da Regeneração Urbana;A edição do livro de Francisco Luís Lopes não se efectuou devido ao encerramento da Biblioteca Nacional, que inviabilizou o trabalho dos investigadores.

ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR)	Grau de Execução	Observações
Funções Sociais		
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos		
Casa da Juventude – Animação e produção	Executado	Carnaval da Juventude e festa de início de verão
Casa da Juventude - Formadores	Executado	Inserido na semana da juventude e outras actividades formativas de continuidade
Aniversário da Casa da Juventude	Executado	
Edição da Revista ACTUA	Executado	1 Edição
Juventude Desportiva	Executado	Mergulho Experience
Zoom In	Executado	
Semana da Juventude	Executado	
Arquivo Municipal – Guia 1ª. República em Sines	Executado	
Arquivo Municipal – A Tinta com que se escreve a História	Não executado	Considerou-se prioridade a avaliação de documentos de arquivo depositados no Arquivo Geral e no Arquivo Histórico e o tratamento documental do arquivo do DOMSU num quadro de contenção orçamental.
Desporto é vida + 55 anos	Executado	
Actividade regular da Piscina	Executado	
Escola Municipal de Ténis	Não executado	Verificadas dificuldades na contratação de técnicos e, considerando a existência de um Clube de Ténis em Sines, considerou-se que esta necessidade estava razoavelmente coberta
Programa “Sines em Movimento”	Não executado	Insuficiência de meios técnicos
Activi. Desportiva Regular	Executado parcialmente	Insuficiência de meios técnicos
Férias Desportivas	Executado	
Eventos Desportivos – Nacionais e Internacionais	Não executado	Insuficiência de meios técnicos e dificuldades financeiras para suportar os encargos com a organização
Iniciativas Desportivas Diversas	Executado parcialmente	Insuficiência de meios técnicos e dificuldades financeiras para suportar os encargos com a organização
Escola das Artes de Sines	Executado	
Funções Económicas		
Funções económicas – Transportes e Comunicações		
Gabinete técnico florestal	Executado	Nomeado o Técnico do GTF; Aprovado o POM 2011
Plano de emergência externo	Iniciada execução	Colocado em consulta pública
Plano Municipal de emergência	Iniciada execução	Foi criada uma nova matriz. Com o apoio do CDOS e SMPC de Santiago do Cacém é para ser desenvolvida
Funções económicas – Comércio e Turismo		
Apoio a Instituições e colectividades – Turismo	Executado	Subsídio à Associação Resgate (Vigilância das Praias)
Inov@emprego	Não executado	Insuficiência de recursos. Considerado não prioritário face ao programa de redução de custos
Seminário FAME	Executado	Realizado a 14/12/2010
Bolsa de emprego de Sines	Executado	Não foi utilizada a totalidade da verba prevista para divulgação. Visto que teve uma grande adesão tanto de Empresas como de pessoas
Tasquinhas 2010	Executado	
Candidatura Bandeira Azul	Executado	
Acções de promoção turística	Parcialmente executado	Participação na BTL
Concurso Montras de Natal	Executado	

Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	Grau de Execução	Observações
Funções Gerais		
Serviços Gerais da Adm. Pública		
Aquisição de edifícios		
Aquisição de edifícios – locação	Executado	Edifício Praça Tomás Ribeiro
Aquisição de Equipamentos Administrativos	Executado	Aquisição de Equipamento diverso
Aquis. Equip. Informático – Hardware	Executado parcialmente	Em curso processo de aquisição de impressoras e servidores. Os equipamentos serão instalados no 2º semestre de 2011.
Aquis. Equip. Informático – Software	Executado parcialmente	Estava prevista esta verba para aquisição de solução de "email". No entanto, a verba foi utilizada para aquisição de software da Biblioteca.
Aquisição de terrenos		
Aquisição de equipamento Básico	Executado parcialmente	Aquisição de máquina de finalização horizontal
Aquis. Máquinas e Equipamentos – locação	Executado parcialmente	
Aquis. Ferramentas e utensílios	Executado	
Aquisi. Material de transporte	Executado	
Aquis. Material de transporte – locação	Não executado	
Edifício Praça Tomás Ribeiro – Beneficiações	Não executado	Atenta a alteração ao fim a que se destinará o imóvel, o mesmo não foi, em 2010, objecto de intervenção
Edifício Municipais – Construção e beneficiação		
Edifício dos Paços do Concelho- Beneficiações	Iniciado	
Edifício Municipal da ZIL II – Requalificação	Não executado	
Aquisição de Plataforma VOIP	Não executado	Transita para 2011. Aguarda parecer do DAF face ao elevado investimento inicial
Renovação espaço Atendimento - Paços do Concelho	Não executado	
Segurança e Ord. Pública		
Infra-estruturas florestais	Iniciado	Em Execução
Caminhos Vicinais-beneficiações	Iniciado	Em execução
Funções Sociais		
Educação		
Jardins de Infância		
Escolas Básicas-beneficiação e equipamentos	Iniciado	(Em execução)
EBJI – Vasco da Gama	Executado parcialmente.	Adjudicada e iniciada a construção. Aprovada a candidatura
EBJI – Porto Côvo	Executada parcialmente. Executado o projecto. Aguarda aprovação da candidatura	Lançada candidatura

Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	Grau de Execução	Observações
Funções Sociais		
Segurança e Acção Social		
Centro de Dia de Porto Côvo	Executado	
Centro Convívio Ass. Cabo Verdiana	Executado parcialmente	Elaborado o projecto
Habituação e Serviços Colectivos		
Habituações Municipais – Beneficiações	Iniciado	Em execução
Planos de Pormenor /PDM		
Costa do Norte	Não executado	Considerado não prioritário no contexto de expansão da cidade
Zona Poente	Em elaboração	
Centro Histórico de Sines	Em elaboração	
Complexo Desportivo - cidade desportiva	Em elaboração	
Zona expansão Norte	Em elaboração	
Revisão PDM	Em elaboração	
Edifício Paços do Concelho - arranjos exteriores	Executado	
Regeneração Urbana – Estudos e projectos	Executado	Candidatura executada e aprovada
Plano de Mobilidade de Sines	Não executado	Insuficiência de recursos próprios para elaboração do plano
Cadastro de águas e esgotos	Iniciado	
Plano Estratégico de Sines	Não executado	
Obras, empreitadas e aquisições		
Aquisição de mobiliário urbano		
Parques Infantis	Executado parcialmente	Execução de Parque infantil da Baixa de S. Pedro
ETAR's – Beneficiações	Iniciado	
Saneamento-Redes, Construção e beneficiações		
Estações elevatórias-Aquis. equipamentos	Iniciado	
Abastecimento de água- redes	Iniciado	
Aquisição de Contadores água	Iniciado	
Captações água	Iniciado	
Ecopontos, Contentores e Papeleiras	Iniciado	
Cemitério, Beneficiações	Executado	
Espaços Verdes, criação e recuperação	Iniciado	

Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	Grau de Execução	Observações
Funções Sociais		
Habituação e Serviços Colectivos		
Loteamento Quinta dos Passarinhos - Reconversão	Executado parcialmente	Aprovada a adjudicação à empresa Empresa Garveg – Construções Lda para a execução da empreitada de "Reconversão Urbana da Quinta dos Passarinhos, em Sines pelo valor de 130.497,94 €
Loteamento Ponte Serva – Urbanização	Iniciado	
Bairro 1º de Maio – Arranjos exteriores	Não executado	Falta de financiamento
Regeneração Urbana de Sines		
Avenida Vasco da Gama	Executado projecto. Lançado concurso	Lançada candidatura
Falésia – consolidação Reabilitação	Idem - Avenida	
Pátio das Artes – Construção	Lançado concurso e adjudicada obra.	Lançada candidatura
Espaços Pedonais – Requalificação/construção	Lançado concurso. Adjudicada e iniciada a obra.	Lançada candidatura
Arruamentos - Repavimentação e requalificação	Lançado concurso. Adjudicada a obra.	Lançada candidatura
Câmara Velha	Lançado concurso e adjudicada a obra	Lançada candidatura
Av. Vasco da Gama – Elevador	Idem-Avenida	
ZIL II – Gestão de benfeitorias	Não executado	Não foi necessário. Pretendia-se adquirir benfeitorias para desbloquear o lote 105-B:A situação foi desbloqueada ser a CMS despende dinheiro
Lot. Farol- Infra estrutura telecomunicações	Não executado	Aguarda definições
Loteamentos Municipais	Executado parcialmente	- Aprovada proposta de Loteamento Municipal de São Marcos II. - Aprovada proposta de Loteamento Municipal da Rua Alexandre Massai. - Aprovada proposta de Loteamento Municipal do Bairro Soeiro Pereira Gomes I.
Separção Colector unitário – zona das esteiras	Não executado	Por falta de financiamento
Depósitos água Sines/P.Covo – Reabilitação	Iniciado	
Reforço abast. água a Sines-adutora Galp	Iniciado	
Abast. água Vale figueiros – projecto	Não executado	A proposta foi elaborada; a 31.12.10 ainda não tinha sido obtido acordo de concessionários para repartição de custos. (A esta data tal acordo já foi obtido)
Abast. água Terça parte	Não executado	
Adutora Monte Chão S.Torpes	Não executado	Por falta de financiamento
Perímetros protecção instalações e aquíferos	Executado	
Novas capt. água-estudo Hidrogeológico	Executado parcialmente	

Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	Grau de Execução	Observações
Funções Sociais		
Habituação e Serviços Colectivos		
Cemitério – execução de gavetões e ossários	Executado	Adjudicado à empresa “ Construções Alviela” a execução de Gavetões e ossários para o cemitério de Sines”, no valor de 80.999,90 €
Jardins – sistemas de rega automática	Iniciado	
Rua da Floresta - arranjos exteriores	Não executado	Por falta de financiamento
Quinta João Mendes – Muro		
Conversão IP 8 – acesso Canto Mosqueiro	Executado projecto	
Loteamento do Alcarial – arranjos exteriores	Não executado	Por falta de financiamento
Pavilhão Desportivo Porto Côvo – arranjos Ester.	Executado parcialmente	
Plano de Pormenor da Casa Pidwell	Executado	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos		
Cidade Desportiva	Iniciado	Projecto em execução
Construção de Pombais	Não executado	Falta de financiamento
Aquisição de Obras de arte	Não executado	Programa de redução de custos
Equipamentos Desportivos-Beneficiações	Executado	Relvado sintético Estádio Municipal
Instalações Desportivas – Beneficiações	Executado	Balneários e Posto Médico do Estádio Municipal.
Percurso eco-cultural do Litoral Alentejano	Não executado	Aguarda Programa PÓLIS
Edifício Escola das Artes – Beneficiações	Iniciado	Lançado concurso
Funções Económicas		
Indústria e Energia		
IP – rede pública Beneficiações	Não executado	Projecto em execução
Electrificações rurais – beneficiações		
ZIL II – Rede elect e Telec.- Remodelação	Iniciado	
Fundo de eficiência energética	Iniciado	Lançado concurso
Academia das energias	Iniciado	Lançado concurso. Adjudicada construção de Pavilhão Multifuncional
Transportes e comunicações		
Ligação EN 120 à Ribeira da Azenha-1ª fase-EM554	Em execução	Lançado concurso. Adjudicada e iniciada obra. Lançada candidatura
Estradas e Caminhos Municipais – beneficiações	Iniciado	
Arruamentos Municipais – beneficiações	Iniciado	
Sinalização Rodoviária	Executada	Sinalização horizontal c/recurso ao equipamento adquirido e mantida sinalização vertical em boas condições
Ligação EN 120 Rib. da Azenha – 2ª fase-CM 1115	Lançado e adjudicado concurso	Lançada candidatura
Comércio e Turismo		
Mercados Municipais – Beneficiações	Executado parcialmente	
Decorações de Natal	Executado	Sem custos, na medida em que foi reutilizado o material construído em anos anteriores
Mercado grossista – construção	Não executado	Por falta de financiamento
Outras funções		
Programa de fomento e absorção de tecnologia	Lançado concurso	
Promoção do Empreendedorismo no Corredor Azul	Lançado concurso	

Parte III - Meios Humanos

1. Caracterização dos Recursos Humanos

1.1 Efectivos

Em 2010, relativamente ao transacto, houve um aumento de 5,5% do efectivo humano da Câmara Municipal de Sines. No entanto, este é um aumento aparente, explicado aquando da análise do saldo de movimentos, e que se justifica, parcialmente, pela alteração de enquadramento das prestações de serviço e pela consolidação da mobilidade de alguns trabalhadores.

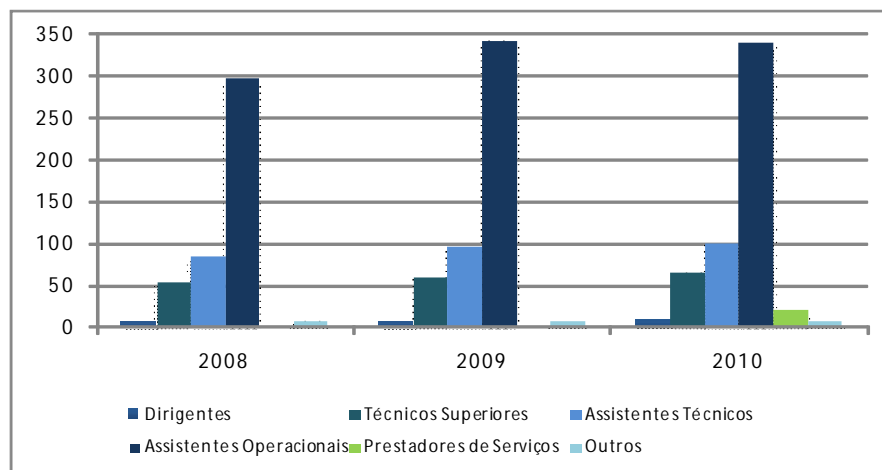
Quadro I – Recursos humanos na CMS: 2008-2010

Recursos Humanos / Caracterização	2008	2009	2010	Variação relativa 2009-2010
Carreira/grupo				
Dirigentes	5	5	7	40,0%
Técnicos Superiores	55	61	66	8,2%
Assistentes Técnicos	86	96	100	4,2%
Assistentes Operacionais	297	343	340	-0,9%
Prestadores de Serviços (Avenças/Tarefas)	1	1	21	2000,0%
Outros¹	8	7	7	0,0%
TOTAL	452	513	541	5,5%

Fonte: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 2011

Na categoria "outros" estão integrados os trabalhadores que estão em comissão de serviço na instituição e os nomeados politicamente, e que detêm um contrato administrativo de provimento.

Gráfico I – Recursos humanos da CMS por carreira/grupo



Fonte: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 2011

A Câmara Municipal de Sines admitiu 50 colaboradores em 2010, sendo que destes, 20 são prestadores de serviços contratados, na modalidade de Tarefa ou Avença, para assegurar as actividades de enriquecimento curricular. Há que referir que estas prestações de serviços já eram asseguradas no passado, ainda que não figurassem entre o efectivo humano da CMS, na medida em que não eram contratadas ao abrigo da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

Seis dos restantes ingressos já faziam parte do efectivo humano da CMS em 2010 e também em 2009, na medida em que foram protagonizados por trabalhadores de outras instituições públicas que se encontravam em mobilidade. O ingresso, por via de procedimento concursal, apenas consolidou a situação inicial.

Face às considerações supra tecidas, há a salientar que na realidade apenas ingressaram na CMS 24 novos trabalhadores/colaboradores, sendo que os restantes casos se reportaram a alterações de situação, nomeadamente de enquadramento jurídico.

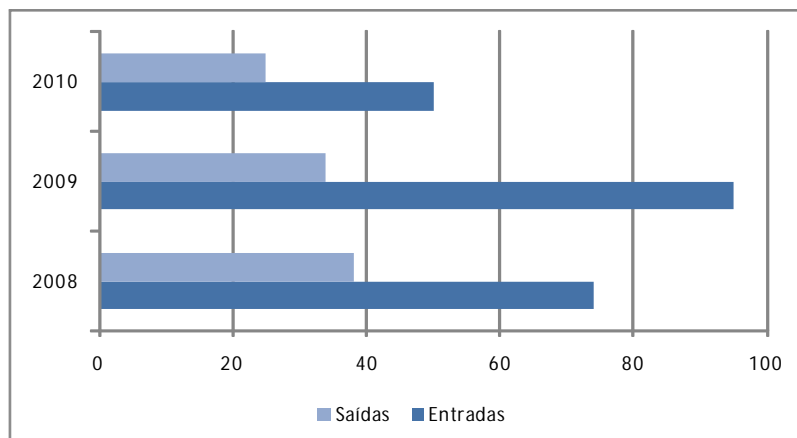
Quadro II – Movimentos de recursos humanos na CMS: 2008-2010

Evolução dos Recursos Humanos	2008	2009	2010
A 31 de Dezembro	448	513	541
Entradas	74	95	50
Saídas	38	34	25
Saldo de Movimentos	36	61	25

Fonte: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 2011

As saídas verificadas aconteceram sobretudo por reforma/aposentação e por caducidade de contratos não passíveis de renovação, por terem sido já objecto das duas renovações permitidas por lei.

Gráfico II – Movimentos de recursos humanos na CMS

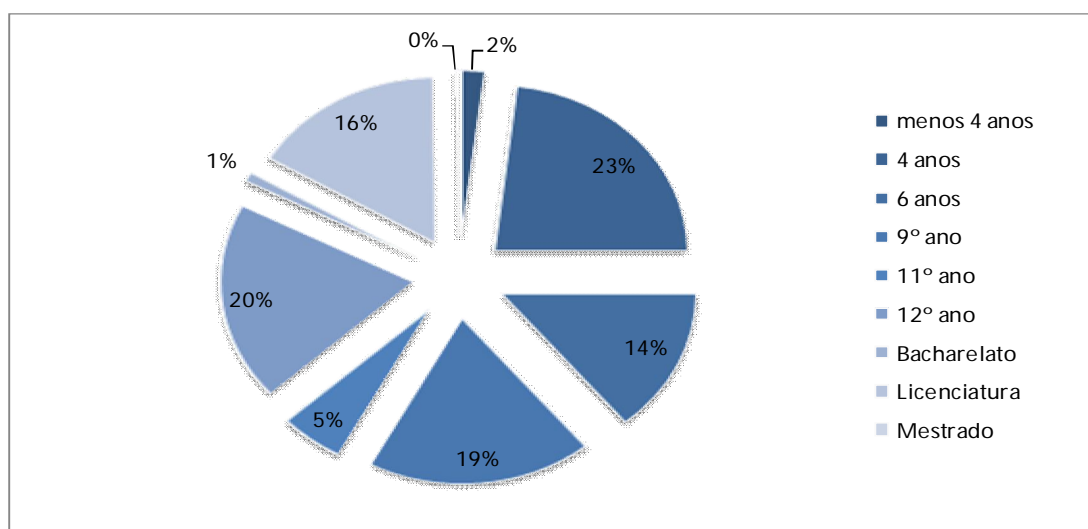


Fonte: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 2011

1.2 Qualificações

A análise do capital humano da CMS na perspectiva das qualificações académica, permite constatar que apenas 16,3% dos trabalhadores são detentores de licenciatura e mais que 50% possui a escolaridade mínima (9º ano ou menos de escolaridade) sendo este determinada em consonância com a idade.

Gráfico III – Qualificações académicas do efectivo humano da CMS



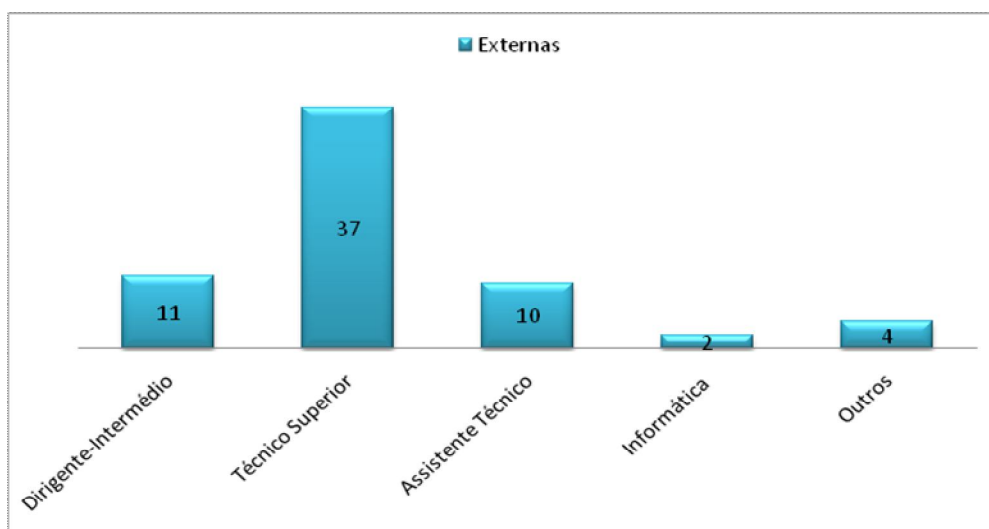
Fonte: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 2011

1.3 Formação

A convicção de que a formação profissional é um dos principais veículos para o aumento da produtividade, por via de uma maior adequação do perfil de competências do trabalhador ao posto de trabalho que ocupa, está presente na actuação da CMS em relação a esta dimensão.

As necessidades de formação profissional foram objecto de diagnóstico no ano de 2010, tendo este como objectivo nortear as políticas e práticas de construção de competências na CMS. Ainda que num contexto de grande contenção orçamental, desenvolveram-se esforços para responder às necessidades identificadas mais prementes, bem como a outras que pelo seu carácter específico se entenderam como fundamentais para o bom desempenho dos trabalhadores.

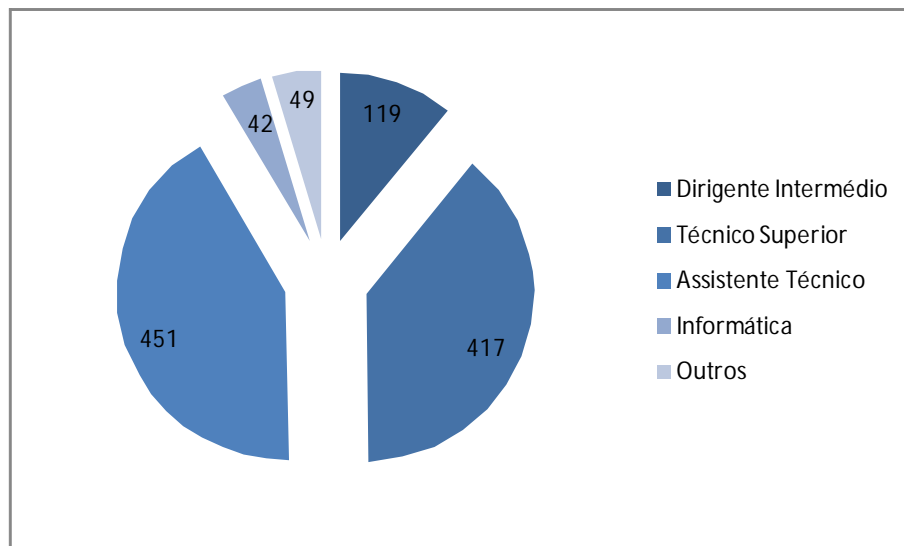
Gráfico IV – Participações em Acções de Formação Profissional por carreira e tipo de acção



Fonte: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 2011

Em 2010, foram sobretudo os técnicos superiores que frequentaram acções de formação, ainda que o número de horas mais elevado tenha sido ministrado aos assistentes técnicos, uma aparente contradição explicada pela elevada carga horária das acções em que os trabalhadores desta carreira participaram.

Gráfico V – Horas dispensadas em acções de formação externas por carreira

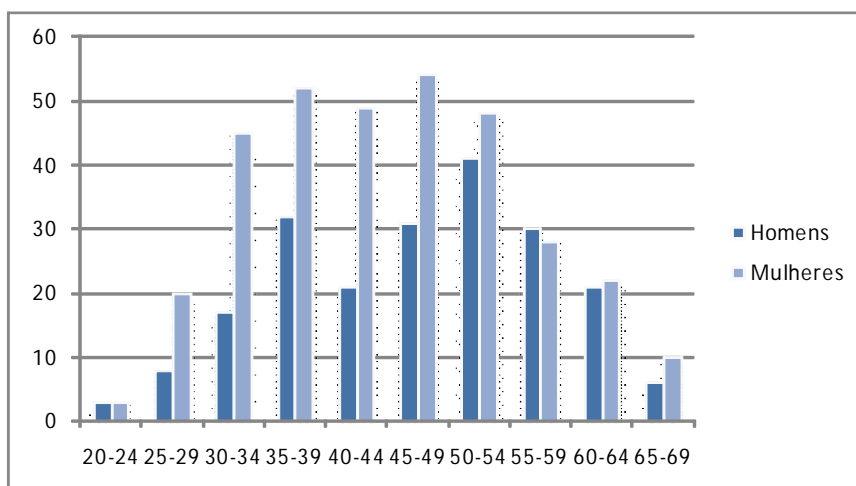


Fonte: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 2011

1.4 Estrutura Etária e de Género

A maioria dos trabalhadores da CMS pertence ao sexo feminino (61%), sendo que esta superioridade numérica se esbate nos escalões etários extremos.

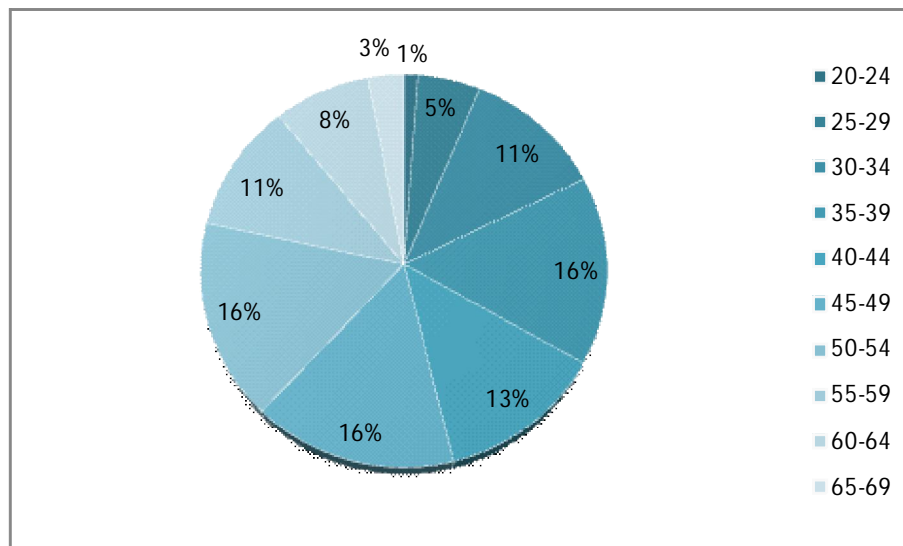
Gráfico VI – Efectivos humanos segundo o género e o escalão etário



Fonte: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 2011

A análise global da estrutura etária evidencia um universo em que quase 50% dos trabalhadores tem idade compreendida entre os 35 e os 54 anos.

Gráfico VII – Estrutura etária dos trabalhadores da CMS



Fonte: Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 2011

2. Factos Relevantes

2.1. Reorganização dos Serviços

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro veio estabelecer um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais e prevê que os Municípios devem proceder à revisão das suas estruturas organizacionais até 31 de Dezembro de 2010.

De acordo com este diploma a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à actividade administrativa e acolhidos no Código do procedimento Administrativo.

Para o efeito, a estrutura hierárquica deve, por um lado, assegurar a sua adequação aos objectivos pretendidos, à concretização da sua missão e, por outro lado, garantir que tal estrutura hierárquica permita, a todo o momento, quer o envolvimento directo de todos os intervenientes, quer a inter comunicabilidade entre os serviços que contribuem para a realização do fim da organização, no caso concreto, a realização do bem comum e do interesse público.

Foi neste contexto, e em cumprimento do previsto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que se procedeu à revisão do modelo organizacional da CMS, cuja construção teve subjacente:

- o princípio da flexibilidade e simplicidade organizacional, o que implica uma estrutura leve, organizada por competência ou grupos de competências afins.
- a necessidade de avaliação da capacidade de resposta interna, em termos da estrutura organizativa dos serviços da CMS, das competências existentes e da flexibilidade/rigidez do seu modelo de gestão na prossecução dos objectivos programáticos e estratégicos e na capacidade de resposta às atribuições conferidas à Autarquia;
- uma maior eficiência e economia de recursos e, também, o incremento da eficácia e da melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- a necessidade de fundamentação dos critérios subjacentes à proposta do modelo organizacional proposto, considerando, nomeadamente:
 - a melhoria da capacidade de organização da CMS;
 - incremento do nível de desempenho técnico das estruturas organizativas da Câmara;
 - a implementação de métodos de trabalho articulados com as ferramentas tecnológicas e de comunicação disponíveis e/ou a instalar;
 - a melhoria da imagem da CMS e do dinamismo no relacionamento com o Município;
 - a melhoria da articulação dos vários processos e da agilidade dos circuitos internos.

2.2. Medidas/Alterações Legislativas

O ano de 2010 foi um ano profícuo em alterações legislativas direccionadas para a contenção orçamental, sendo que a maioria delas teve impacto directo e imediato na autarquia, na sua organização e gestão nomeadamente de recursos humanos.

Entre estes diplomas salientam-se:

- ↳ A Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, que introduziu alterações ao nível do recrutamento, da mobilidade e das prestações de serviço contratadas ao abrigo da n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.
- ↳ A Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho (PEC), entre outras alterações, veio introduzir fortes constrangimentos ao nível do recrutamento de recursos humanos.
- ↳ O Decreto-lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, veio reduzir as ajudas de custo e o subsídio de transporte, eliminou as excepções relacionadas com o trabalho extraordinário e com o trabalho nocturno, impossibilitou a acumulação da reforma com o exercício de funções públicas.
- ↳ Por último, o Orçamento de Estado para 2011, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, cujas medidas apenas entraram em vigor em 2011.

2.3. Implementação do SIADAP

Em 2010 a CMS implementou pela primeira vez o SIADAP, o sistema de avaliação de desempenho da Administração Pública, que na sua última versão visa os serviços, os dirigentes e os trabalhadores. Este processo contou com o envolvimento de todos os trabalhadores (avaliadores e avaliados), e ainda que existam muitos aspectos a aperfeiçoar, constituiu um importante passo na consecução do modelo de gestão por objectivos na autarquia.

2.4. Responsabilidade Social

No quadro da responsabilidade social, a CMS estabeleceu ao longo de 2010 protocolos com várias instituições de ensino e entidades formadoras, permitindo a conclusão dos respectivos percursos de formação de jovens e adultos através da realização de estágios curriculares. Salientam-se os protocolos estabelecidos com a ETLA – Escola Tecnológica do Litoral Alentejano e com o IEFP – Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém, com o objectivo de inserir jovens na vida activa e no âmbito dos respectivos planos de estudo. Neste contexto, a Câmara Municipal de Sines acolheu 26 estagiários, que realizaram o seu estágio no Gabinete Jurídico, Biblioteca, Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Águas e Esgotos, Desporto, Expediente Geral, Armazém, Departamento de Ambiente, de Planeamento e Urbanismo, Centro de Artes, Oficinas, Posto Turismo, Informática, Escolas e Espaços Verdes.

Por outro lado, através de estágios remunerados, comparticipados pela IEFP ou pelo POPH, a CMS permitiu a integração no mercado de trabalho de inúmeros jovens e adultos:

- *Estágios Profissionais no âmbito do PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local*

No ano de 2010, foram concluídos 5 estágios dos 6 atribuídos no ano transacto, nas áreas de Economia/Gestão, Turismo, Engenharia do Ambiente, Engenharia Civil, Educação de Infância e Humanísticas.

- Estágios Qualificação Emprego

No ano de 2010, foram concluídos 26 estágios atribuídos no ano transacto, cujos recursos humanos estiveram afectos às áreas de Higiene e Segurança no Trabalho, Cultura, Educação, Serviços de Apoio, Refeitórios Escolares, Aprovisionamento, Recursos Humanos, Arquivo e Acção Social.

A CMS é igualmente uma entidade que contribui para a integração dos desempregados do município, através da celebração de Contratos de Emprego e Inserção, destinados a detentores de subsídio de desemprego ou de subsídio social de inserção, contribuindo para a melhoria das suas competências e para a sua proximidade com o mercado de trabalho.

Parte IV - Análise Orçamental, Económica e Financeira

1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento, permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efectuados durante o exercício económico de 2010, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por sector de actividade.

Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

1.1. Execução Orçamental¹

Quadro I – Execução Orçamental

Designação		Orçamento (Previsões corrigidas)	Execução 31.12.2010	Nível de Execução	Desvio Orçamental
Receitas	Correntes	24.562.481,70	20.385.458,75	82,99%	-17,01%
	Capital	22.348.413,07	3.403.020,09	15,23%	-84,77%
	Outras	10,00	1.810,96	18109,60%	18009,60%
Total de Receitas		46.910.904,77	23.790.289,80	50,71%	-49,29%
Despesas	Correntes	24.562.481,70	17.328.285,07	70,55%	-29,45%
	Capital	22.348.423,07	5.777.045,63	25,85%	-74,15%
Total de Despesas		46.910.904,77	23.105.330,70	49,25%	-50,75%

Analisando a execução orçamental no exercício de 2010 verifica-se que a receita total ascendeu ao montante de € 23.790.289,80, sendo a despesa total de € 23.105.330,70, atingindo-se um nível de execução orçamental global de 97,12%.

Verifica-se ainda que, quer o nível de execução da despesa quer o nível de execução da receita, representam cerca de 50% das previsões corrigidas do orçamento municipal. A execução global da receita foi de 50,71% e a execução global da despesa de 49,25%.

Ao nível da receita verifica-se que a execução do orçamento corrente é bastante mais significativa que a execução do orçamento de capital, sendo o nível de execução da receita corrente de 82,99% e o nível de execução da receita de capital de 15,23%.

Relativamente à despesa constata-se que o nível de execução da despesa corrente foi de 70,55% e o nível de execução da despesa de capital de 25,85%.

¹ A análise à execução orçamental apresentada nesta sede, relativamente ao ano de 2010, tem por base os mapas relativos ao “Controlo Orçamental – Receita” ponto de ordem n.º 10 e “Controlo Orçamental – Despesa” ponto de ordem n.º 9, apresentados no Volume II da Prestação de Contas

Relativamente aos saldos orçamentais a 31 de Dezembro verifica-se:

- um saldo corrente positivo no valor de € 3.057.173,68, o que significa que o total arrecadado de receitas correntes foi superior ao pago através do orçamento;
- um saldo de capital negativo no montante de - € 2.374.025,54, tendo as receitas arrecadadas (€ 3.405.020,09) sido inferiores às despesas realizadas (€ 5.777.045,03).

Em termos globais, ou seja analisando o total das receitas cobradas e o total das despesas pagas, apuramos um saldo de gerência de 2010 no valor de € 684.959,10.

Considerando também o saldo da gerência de 2009 no valor de € 183.243,63, no final do exercício económico o saldo global foi positivo de € 868.202,73.

Quadro II – Saldos Orçamentais

Saldos Orçamentais	2010
Receitas Correntes	20.385.458,75
Receitas de Capital	3.403.020,09
Outras Receitas	1.810,96
Despesas Correntes	17.328.285,07
Despesas de Capital	5.777.045,63
Total de Receitas	23.790.289,80
Total de Despesas	23.105.330,70
Saldo Corrente	3.057.173,68
Saldo de Capital	-2.374.025,54
Saldo da Gerência	684.959,10
Saldo da Gerência Anterior	183.243,63
Saldo Global	868.202,73

Quadro III – Saldo da Gerência no último triénio

Saldos Orçamentais	2008	2009	2010
Saldo Corrente	1.890.805,50	-3.622.604,69	3.057.173,68
Saldo de Capital	-2.782.187,28	3.788.409,16	-2.374.025,54
Saldo da Gerência	16.632,35	166.405,98	684.959,10
Saldo da Gerência Anterior	205,30	16.837,65	183.243,63
Saldo P/ a Gerência Seguinte	16.837,65	183.243,63	868.202,73

Da análise aos saldos orçamentais do último triénio verifica-se que:

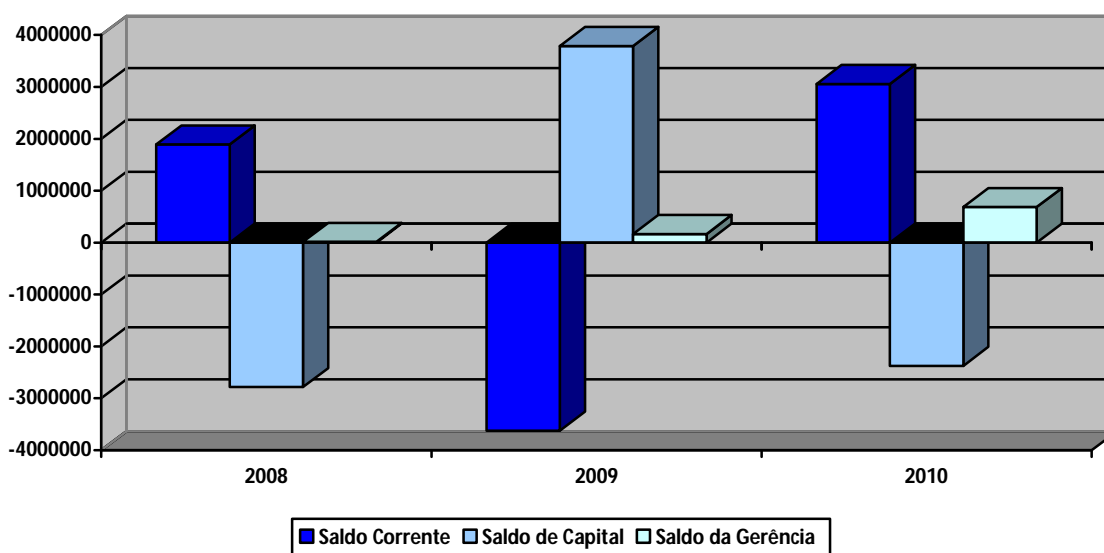
- o saldo corrente foi positivo no exercício de 2010 no montante de € 3.057.173,68, atingindo o seu valor mais alto dos últimos 3 anos, e deriva de um aumento das receitas correntes face a 2009 no montante de € 4.098.385,03 e uma diminuição das despesas correntes no montante de € 2.581.393,34;
- o saldo de capital foi negativo em 2008, positivo em 2009 e em 2010 foi novamente negativo, no montante de € -2.374.025,54.

Comparativamente com 2009, verificou-se uma diminuição das receitas de capital no montante de € 11.484.500,45 e uma diminuição das despesas de capital no montante de € 5.322.066,73.

De salientar que o valor da receita de capital alcançado em 2009 ficou a dever-se à contratação dos empréstimos relativos ao PREDE, nos termos da Resolução do Concelho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, e no valor de € 11.288.618,93, também o valor das despesas de capital foi elevado com os pagamentos que resultaram dos empréstimos contratados no âmbito do PREDE.

Em termos gráficos, no último triénio, os saldos orçamentais apresentam-se da seguinte forma:

Gráfico I – Saldo Orçamentais



1.2. Receita

Evolução da Receita

Numa análise à evolução da receita no último triénio constata-se que em termos globais na gerência de 2010 houve um decréscimo do volume de receita arrecadada no montante de € 7.384.905,97, comparativamente com o ano de 2009.

Relativamente ao nível da taxa de execução da receita, o exercício de 2010 (50,71%) mantém-se um nível de execução idêntico do exercício de 2009 (50,36%).

A arrecadação de valores a título de receita corrente foi mais relevante em 2010, ano em que se atingiu um nível de execução de aproximadamente 83% do valor inicialmente previsto.

Relativamente à receita de capital teve um decréscimo relativamente ao ano anterior e alcançou uma taxa de execução de 15,23%.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução da receita arrecadada no último triénio, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro IV – Evolução da Receita

		RECEITAS			
Ano	Natureza	Previsão Inicial	Dotações Corrigidas	Receita Cobrada Bruta (Execução)	Taxa de Exec. (%)
2008	Corrente	23.641.747,00	23.720.479,10	18.335.325,66	77,30%
	Capital	24.356.498,00	26.542.007,52	3.481.430,70	13,12%
	Outras	735,00	907.735,00	908.014,13	100,03%
	Total	47.998.980,00	51.170.221,62	22.724.770,49	44,41%
2009	Corrente	25.942.740,00	26.089.626,48	16.287.073,72	62,43%
	Capital	23.555.748,00	35.814.366,93	14.887.520,54	41,57%
	Outras	482,00	482,00	601,51	124,79%
	Total	49.498.970,00	61.904.475,41	31.175.195,77	50,36%
2010	Corrente	24.480.866,00	24.562.481,70	20.385.458,75	82,99%
	Capital	21.986.681,00	22.348.413,07	3.403.020,09	15,23%
	Outras	10,00	10,00	1.810,96	18109,60%
	Total	46.467.557,00	46.910.904,77	23.790.289,80	50,71%

Receita Corrente

Numa análise mais detalhada da receita corrente na gerência de 2010 verifica-se que o valor da receita arrecadada atingiu o montante de € 20.385.458,75, sendo a previsão corrigida da receita corrente sido de € 24.562.481,70.

A receita corrente representa cerca de 85,69% da receita total arrecadada e apresenta uma execução global de 83%.

As receitas correntes com maior peso estrutural no valor global da receita corrente são os impostos directos (37,55%), as transferências correntes (26,40%) e os impostos indirectos (14,47%).

De salientar que os impostos directos representam 37,55% da receita corrente e 32,18% da receita total arrecadada durante a gerência de 2010. No global tiveram uma execução orçamental de 124% atingindo o valor de € 7.654.579,36.

De um modo geral todas as receitas relativas a impostos directos atingiram ou superaram os valores considerados nas previsões orçamentais, com relevância para a Derrama (178%) e Imposto Único de Circulação (116%).

Quanto aos restantes capítulos económicos os que apresentam a taxa de execução orçamental mais relevante são os Rendimentos de Propriedade (98%), as Transferências Correntes (92%) e as Taxas, multas e outras penalidades (83%).

Quadro V – Receita Corrente

Receitas	2010				
	Orçamento Previsional corrigido	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
01. Impostos Directos	6.195.833,00	7.654.579,36	37,55%	32,18%	124%
IMI	1.939.521,00	1.939.637,27	9,51%	8,15%	100%
IUC	194.672,00	226.504,38	1,11%	0,95%	116%
IMT	1.705.740,00	1.575.308,43	7,73%	6,62%	92%
Derrama	2.189.538,00	3.901.935,78	19,14%	16,40%	178%
Impostos Abolidos	165.093,00	11.193,50	0,05%	0,05%	7%
Impostos directos diversos	1.269,00	0,00	0,00%	0,00%	0%
02. Impostos Indirectos	4.560.457,00	2.950.427,19	14,47%	12,40%	65%
04. Taxas, multas O. Penalidades	605.992,00	501.217,72	2,46%	2,11%	83%
05. Rendimentos de Propriedade	539.800,00	528.896,01	2,59%	2,22%	98%
06. Transferências Correntes	5.819.124,70	5.382.385,96	26,40%	22,62%	92%
07. Venda bens e serviços Correntes	3.721.275,00	2.909.770,59	14,27%	12,23%	78%
08. Outras Receitas Correntes	3.120.000,00	458.181,92	2,25%	1,93%	15%
Total de Receitas Correntes	24.562.481,70	20.385.458,75	100,00%	85,69%	83%

Para uma análise mais detalhada dos impostos directos e da sua evolução apresenta-se o quadro seguinte, onde se pode observar que a gerência de 2010 foi aquela em que a arrecadação de receitas a este título foi mais significativa, atingindo o montante de € 7.654.579,36, portanto, uma variação de 28,64% relativamente ao ano anterior.

De salientar que o valor arrecadado da derrama na gerência de 2010 apresentou um aumento de 77,17% em relação ao ano anterior.

Quadro VI – Evolução dos Impostos Directos

	2008	2009	2010
Receitas	Receita Cobrada Bruta	Receita Cobrada Bruta	Receita Cobrada Bruta
01. Impostos Directos	6.237.118,48	5.950.469,22	7.654.579,36
IMI	2.011.463,64	1.809.996,13	1.939.637,27
IUC	173.718,70	204.859,95	226.504,38
IMT	1.568.645,68	1.577.011,28	1.575.308,43
Derrama	2.347.906,57	2.202.363,55	3.901.935,78
Impostos Abolidos	135.383,89	156.238,31	11.193,50

Da análise à receita corrente no último triénio, por capítulo económico, verifica-se que em todos os exercícios económicos as receitas com maior importância são os impostos directos, as transferências correntes e a venda de bens e serviços correntes.

As receitas correntes em 2010, representam no ano 85,69% do total da receita arrecadada, sendo este o ano em que este peso é mais significativo. Na gerência de 2010 as receitas que tiveram maior peso, em cada capítulo económico foram as seguintes:

- Impostos directos – com maior importância, a derrama, o IMI e o IMT;
- Impostos indirectos – destacam-se as taxas relativas a loteamentos e obras;
- Taxas, multas e outras penalidades – destacam-se as receitas do saneamento;
- Rendimentos de Propriedade – destacam-se as receitas referentes ao contrato de concessão da EDP;
- Transferências correntes – com maior importância, as transferências do Orçamento de Estado (FEF e FSM), a participação fixa no IRS, as rendas dos centros electroprodutores, as transferências da DREAL e as transferências do Ministério da Educação no âmbito do Contrato de Execução;
- Venda de bens e serviços correntes – destacam-se as receitas de água e resíduos sólidos.

Quadro VII – Evolução da Receita Corrente por capítulo económico

	Capítulo Económico	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)
2008	01. Impostos Directos	6.237.118,48	34,02%	27,45%
	02. Impostos Indirectos	2.638.051,72	14,39%	11,61%
	04. Taxas, multas e O. Penalidades	645.861,66	3,52%	2,84%
	05. Rendimentos de Propriedade	526.915,06	2,87%	2,32%
	06. Transferências Correntes	4.297.883,29	23,44%	18,91%
	07. Venda de Bens e Serviços Correntes	3.521.540,64	19,21%	15,50%
	08. Outras receitas correntes	467.954,81	2,55%	2,06%
		Total receitas correntes 2008	18.335.325,66	100,00%
2009	01. Impostos Directos	5.950.469,22	36,53%	19,09%
	02. Impostos Indirectos	342.336,03	2,10%	1,10%
	04. Taxas, multas e O. Penalidades	586.683,75	3,60%	1,88%
	05. Rendimentos de Propriedade	538.472,61	3,31%	1,73%
	06. Transferências Correntes	5.247.578,53	32,22%	16,83%
	07. Venda de Bens e Serviços Correntes	3.040.554,62	18,67%	9,75%
	08. Outras receitas correntes	580.978,96	3,57%	1,86%
		Total receitas correntes 2009	16.287.073,72	100,00%
2010	01. Impostos Directos	7.654.579,36	37,55%	32,18%
	02. Impostos Indirectos	2.950.427,19	14,47%	12,40%
	04. Taxas, multas e O. Penalidades	501.217,72	2,46%	2,11%
	05. Rendimentos de Propriedade	528.896,01	2,59%	2,22%
	06. Transferências Correntes	5.382.385,96	26,40%	22,62%
	07. Venda de Bens e Serviços Correntes	2.909.770,59	14,27%	12,23%
	08. Outras receitas correntes	458.181,92	2,25%	1,93%
		Total receitas correntes 2010	20.385.458,75	100,00%

Receita de Capital

Na gestão de 2010 a receita de capital alcançou uma execução orçamental de 15,23% e representou 14,30% da receita total arrecadada.

De salientar o desvio na execução das receitas de capital face à previsão corrigida, que se explica pelo facto de:

- Vendas de bens de investimento – foram previstas alienações de imóveis não concretizadas por opção do executivo;

- Transferências de capital – na gerência de 2010 as transferências de capital apresentam uma taxa de execução de 24,41%, totalizando o montante de € 1.978.803,18.

De salientar que apenas € 659.715,18 são relativos a receitas arrecadadas a título de participações comunitárias, representando 33% do valor total arrecadado das transferências de capital.

Analisando as receitas de capital, por capítulo económico, verifica-se que são os passivos financeiros que apresentam a maior taxa de execução (46,47%) face à previsão inicial corrigida.

Em 2010 foi utilizada a parte restante do capital contratado com o BPI e relativo ao financiamento da construção da Escola Básica e Jardim de Infância do PP Sul de Sines.

Quadro VIII – Receita de Capital

Receitas	2010				
	Orçamento Previsional corrigido	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
09. Venda de Bens de Investimento	13.465.980,00	1.131.990,00	33,26%	4,76%	8,41%
10. Transferências de Capital	8.107.034,00	1.978.803,18	58,18%	8,32%	24,41%
11. Activos Financeiros	25.000,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12. Passivos Financeiros	628.899,07	292.226,91	8,59%	1,23%	46,47%
13. Outras receitas de capital	121.500,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Receitas Capital	22.348.413,07	3.403.020,09	100,00%	14,30%	15,23%

No que concerne à análise da evolução da receita de capital verifica-se que houve uma redução significativa das receitas cobradas entre 2009 e 2010, pois no global atingiu-se uma execução de 14,30% contra 47,75% na gerência de 2009.

Como já anteriormente referido, em 2009 verificou-se uma arrecadação de receita de capital de carácter extraordinário, na sequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo no âmbito do PREDE.

Quadro IX – Evolução da receita de capital por capítulo económico

	Capítulo Económico	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)
2008	09. Venda de bens de Investimento	77.504,00	2,23%	0,34%
	10. Transferências de Capital	2.880.869,95	82,75%	12,68%
	12. Passivos Financeiros	500.000,00	14,36%	2,20%
	13. Outras receitas	23.056,75	0,66%	0,10%
	Total receitas capital 2008	3.481.430,70	100,00%	15,32%
2009	09. Venda de bens de Investimento	16.500,00	0,10%	0,05%
	10. Transferências de Capital	2.782.401,61	17,08%	8,93%
	11. Activos Financeiros	0,00	-	-
	12. Passivos Financeiros	12.088.618,93	74,22%	38,78%
	13. Outras receitas	0,00	-	-
	Total receitas capital 2009	14.887.520,54	100,00%	47,75%
2010	09. Venda de bens de Investimento	1.131.990,00	33,26%	4,76%
	10. Transferências de Capital	1.978.803,18	58,15%	8,32%
	11. Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%
	12. Passivos Financeiros	292.226,91	8,59%	1,23%
	13. Outras receitas	0,00	0,00%	0,00%
	Total receitas capital 2010	3.403.020,09	100,00%	14,30%

Rácios da Estrutura da Receita

Quadro X – Rácios de estrutura de receita

Indicadores de Gestão		2008		2009		2010	
1	Receita própria	7.800.323,89	34,33%	5.089.025,97	16,32%	7.348.493,43	30,89%
	Receita total	22.724.770,49		31.175.195,77		23.790.289,80	
2	Receita interna	16.679.767,64	73,40%	12.402.895,31	39,78%	16.864.382,53	70,89%
	Receita total	22.724.770,49		31.175.195,77		23.790.289,80	
3	Impostos directos	6.237.118,48	27,45%	5.950.469,22	19,09%	7.654.579,36	32,18%
	Receita total	22.724.770,49		31.175.195,77		23.790.289,80	
4	Fundos Municipais	3.912.068,00	17,21%	4.107.671,00	13,18%	4.149.778,00	17,44%
	Receita total	22.724.770,49		31.175.195,77		23.790.289,80	
5	Passivos Financeiros	500.000,00	2,20%	12.088.618,93	38,78%	292.226,91	1,23%
	Receita total	22.724.770,49		31.175.195,77		23.790.289,80	
6	Fundos Comunitários	1.633.750,39	7,19%	1.346.298,61	4,32%	727.508,78	3,06%
	Receita total	22.724.770,49		31.175.195,77		23.790.289,80	
7	Venda bens e serviços correntes	3.521.540,64	15,50%	3.040.554,62	9,75%	2.909.770,59	12,23%
	Receita total	22.724.770,49		31.175.195,77		23.790.289,80	
8	Venda bens de investimento	77.504,00	0,34%	16.500,00	0,05%	1.131.990,00	4,76%
	Receita total	22.724.770,49		31.175.195,77		23.790.289,80	

Indicador 1 - A receita própria que consiste no somatório dos impostos Indirectos com as Taxas, Multas e O. Penalidades, com os Rendimentos de Propriedade, com a Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes e com as Outras Receitas Correntes, alcançou o seu valor mais significativo em 2008, ano em representou cerca de 34,33% da receita total. Em 2010 esta receita teve um peso de 30,89% na receita global;

Indicador 2 – A receita interna calcula-se através da seguinte fórmula: Receita total – passivos financeiros – (transferências correntes – transferências de fundos comunitários correntes) – (transferências de capital – transferências de fundos comunitários capital), e em termos absolutos entre os anos de 2009 e 2010 constata-se um acréscimo de € 4.461.487,22;

Indicador 3 – O exercício de 2010 foi o ano em que os impostos directos são mais representativos no cômputo da receita total representando cerca de 32,18%. Em 2009 esta receita representa apenas 19,09% do global da receita. Os impostos directos continuam a assumir grande relevância na estrutura das receitas;

Indicador 4 – Em 2010 os fundos municipais oriundos do Orçamento de Estado² representam 17,44% do total da receita arrecadada;

Indicador 5 – Relativamente às três gerências em análise verifica-se que os passivos financeiros têm um maior peso no valor total da receita no ano de 2009, representando cerca de 39%. Em 2010 representaram apenas 1,23% do total da receita;

Indicador 6 – O peso da receita arrecadada a título de fundos comunitários têm em todas as gerências um peso reduzido, variando entre os 4% e os 7%, sendo em 2010 de apenas 3,06%;

Indicador 7 – Em 2010 a Venda de Bens e Serviços representou cerca de 12,23% da receita total, contra 15,50% e 9,75% nos anos de 2008 e 2009, respectivamente;

Indicador 8 – A Venda de bens de Investimento não teve relevância no total da receita recebida, ainda assim 2010 foi o ano em que foi mais significativa com um peso de 4,76%.

1.3. Despesa

Evolução da Despesa

As despesas globais na gerência de 2010 totalizaram € 23.105.330,70 sendo € 17.328.285,07 referentes a despesas correntes e € 5.777.045,63 referentes a despesas de capital.

Em termos absolutos, a evolução da despesa regista uma diminuição de 25,49% entre 2009 e 2010.

Ao nível da execução, o orçamento da despesa apresenta uma execução de 49,25% em 2010, sendo a execução da despesa corrente mais relevante que a execução da despesa de capital, respectivamente 70,55% e 25,85%.

Comparativamente com 2009 o nível global de execução da despesa passou de 61,26% para 49,25%, em parte devido à reduzida execução das despesas de capital.

No que concerne à execução orçamental da despesa na gerência de 2009 há a salientar que a arrecadação de receita de capital relativa à contratação de empréstimos de médio e longo prazo no âmbito do PREDE destinou-se a pagamentos a credores privados de dívidas vencidas o que obviamente teve as necessárias implicações em termos de níveis de execução orçamental.

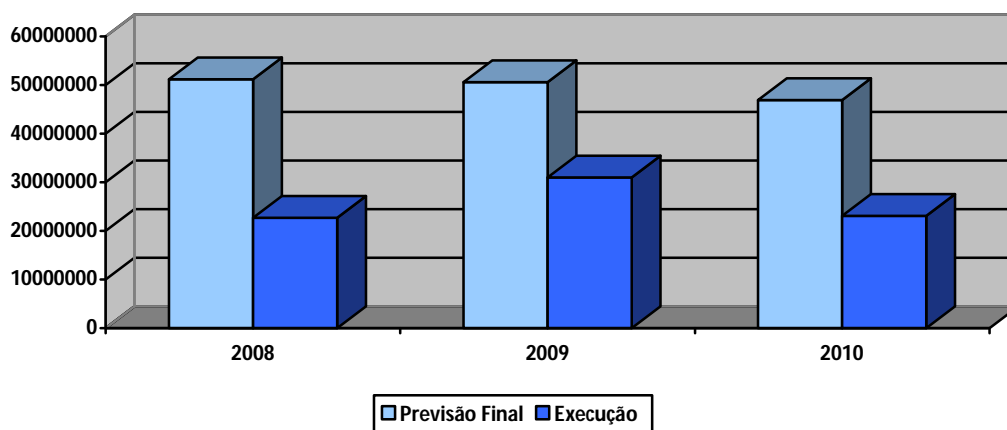
² Conforme Mapa XIX – Transferências para os Municípios, da Lei n.º 3-B/2010, 28 de Abril – Lei do Orçamento de Estado 2010, na redacção dada pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

Para melhor se visualizar a evolução da despesa no último triénio, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro XI – Evolução da despesa

		Despesas			
Ano	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Exec. (%)
2008	Corrente	23.641.747,00	24.030.479,10	16.444.520,16	68,43%
	Capital	24.357.233,00	27.139.742,52	6.263.617,98	23,08%
	Total	47.998.980,00	51.170.221,62	22.708.138,14	44,38%
2009	Corrente	25.942.740,00	26.088.581,92	19.909.678,41	76,32%
	Capital	23.556.230,00	24.526.230,00	11.099.111,38	45,25%
	Total	49.498.970,00	50.614.811,92	31.008.789,79	61,26%
2010	Corrente	24.480.866,00	24.562.481,70	17.328.285,07	70,55%
	Capital	21.986.691,00	22.348.423,07	5.777.045,63	25,85%
	Total	46.467.557,00	46.910.904,77	23.105.330,70	49,25%

Gráfico II – Evolução da Despesa no último triénio



Analisando a evolução da despesa, por capítulo económico, podemos verificar que no ano de 2010 a despesa corrente sofreu um decréscimo de 12,97%, a despesa de capital de 47,95%, e em termos globais um decréscimo de 25,49%.

Numa análise mais detalhada das componentes da despesa verifica-se, ao nível das despesas correntes:

- Um aumento das despesas com pessoal de 6%, o que se deve aos seguintes motivos: os professores contratados para as Actividades de Enriquecimento Curricular terem sido contratados como prestadores de serviços no regime de avença (€ 146.347,43), ao pagamento da opção gestionária do ano 2009 no valor de € 128.062,44 e contratação de novos colaboradores no último trimestre de 2009 com reflexos em 2010;
- Uma redução das despesas com a aquisição de bens e serviços de 30,35%, passando de € 7.778.415,24 em 2009 para € 5.418.052,62 em 2010, o que significa uma redução de € 2.360.362,62;
- Os juros e outros encargos tiveram uma redução de 75,23%, pois em resultado do pagamento de facturas vencidas no âmbito do PREDE verificou-se uma diminuição da cobrança de juros de mora por parte dos fornecedores;
- As transferências correntes foram superiores ao executado em 2009 em 25,32% dado o aumento do valor das transferências para as freguesias e associação de municípios;
- Os subsídios (despesa relativa a encargos com Programas Ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional) apresentaram uma ligeira redução;
- As outras despesas correntes tiveram um decréscimo de 68,11%, pois em 2009 ocorreu uma despesa extraordinária relativa ao pagamento de reembolsos emitidos e encargos de cobrança de receitas, sendo que a CMS em 2009 pagou a este título € 528.375,49 contra € 103.195,38 pagos em 2010.

Quanto às despesas de capital no seu cômputo global 2009 foi o ano em que a execução orçamental foi mais relevante, com destaque para a aquisição de bens de capital. Tal como anteriormente mencionado para efeitos de execução orçamental das despesas correntes, também a execução das despesas de capital em 2009 resulta dos pagamentos relativos a investimentos/empreitadas efectuadas com o produto dos empréstimos contratados no âmbito do PREDE.

As transferências de capital apresentam um acréscimo de 16,44%, pois na gerência de 2010 foram pagos € 48.221,00 à Cercisiago em cumprimento da deliberação de Câmara de 19.11.2009, relativos ao apoio para a construção de um novo lar Residencial.

Da análise aos activos financeiros resulta uma redução de 92,31% relativamente à gerência anterior, pois em 2009 procedeu-se ao pagamento de € 390.000,00 relativos ao aumento do património associativo da "Sines Tecnopólo" e em 2010 apenas foram transferidos para a referida entidade a título de aquisição de participações financeiras o montante de € 30.000,00.

No respeitante aos passivos financeiros verifica-se um acréscimo de 154% em resultado do pagamento das amortizações de capital relativas ao empréstimo de médio e longo prazo contraído com a Crédito Agrícola – Caixa da Costa Azul, as quais importaram em € 1.354.636,88.

Por último, relativamente às outras despesas de capital constata-se que em 2010 não se verificaram pagamentos desta natureza.

Quadro XII – Evolução das despesas por capítulo económico

Capítulo Económico	2008	2009	2010
01. Despesas com pessoal	7.603.682,62	8.694.544,88	9.254.093,78
02. Aquisição de bens e serviços	5.641.761,14	7.778.415,24	5.418.052,62
03. Juros e outros encargos	1.081.397,24	1.013.166,82	250.990,48
04. Transferências correntes	1.678.120,19	1.700.467,14	2.131.107,82
05. Subsídios	22.868,61	70.600,13	65.956,25
06. Outras despesas correntes	416.690,36	652.484,20	208.084,12
Total Despesas Correntes	16.444.520,16	19.909.678,41	17.328.285,07
07. Aquisição de bens de capital	4.684.572,89	9.548.090,21	3.038.853,65
08. Transferências de capital	359.123,64	3.000,00	52.324,93
09. Activos financeiros	40.000,00	390.000,00	30.000,00
10. Passivos financeiros	1.157.878,31	1.045.481,72	2.655.867,05
11. Outras despesas de capital	22.043,14	112.539,45	0,00
Total Despesas Capital	6.263.617,98	11.099.111,38	5.777.045,63
Total Despesas	22.708.138,14	31.008.789,79	23.105.330,70

Despesa Corrente

No que concerne às despesas correntes estas apresentam uma execução orçamental de 71% representando 55,88% das despesas totais.

No exercício de 2010 os capítulos económicos onde as despesas realizadas mais se aproximam das previsões orçamentais são as despesas com pessoal (94%), que representam 29,84% das despesas totais e 53,40% das despesas correntes, e as transferências Correntes que apresentam uma taxa de execução de 65% e representam 6,87% no total das despesas e 12,30% no total das despesas correntes.

Relativamente aos compromissos correntes assumidos no exercício económico de 2010 estes totalizam € 21.158.671,15, sendo que a 31 de Dezembro estavam por pagar € 3.830.386,08.

De salientar o capítulo económico 02. Aquisição de bens e serviços com um total de compromissos por pagar no montante de € 3.205.085,96.

A relevar, ainda, as transferências correntes no montante de € 370.363,62 que representam cerca de 10% do valor total.

Para uma análise mais detalhada da despesa corrente e dos compromissos assumidos apresentam-se os quadros seguintes:

Quadro XIII – Despesas correntes e compromissos assumidos por capítulo económico

Capítulo Económico	2010				
	Orçamento (previsões corrigidas)	Despesa Paga	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
01. Despesas com pessoal	9.827.400,00	9.254.093,78	53,40%	29,84%	94%
02. Aquisição de bens e serviços	10.508.856,00	5.418.052,62	31,27%	17,47%	52%
03. Juros e outros encargos	435.785,00	250.990,48	1,45%	0,81%	58%
04. Transferências correntes	3.265.304,29	2.131.107,82	12,30%	6,87%	65%
05. Subsídios	127.636,41	65.959,25	0,38%	0,21%	52%
06. Outras despesas correntes	397.500,00	208.084,12	1,20%	0,67%	52%
Total de Despesas Correntes	24.562.481,70	17.328.285,07	100,00%	55,88%	71%

Despesa Correntes	Compromissos Assumidos				
	Compromissos 2010			Compromissos Futuros	
	Assumidos 2010	Pagos 2010	2011 (Por pagar a 31.12.2010)	2011	Anos seguintes
01. Despesas com o pessoal	9.474.716,24 €	9.254.093,78	220.622,46 €		
02. Aquisição de bens e serviços	8.623.138,58 €	5.418.052,62	3.205.085,96 €	8.700,00 €	
03. Juros e outros encargos	283.654,52 €	250.990,48	32.664,04 €	171.694,57 €	319.332,57 €
04. Transferências correntes	2.501.471,44 €	2.131.107,82	370.363,62 €	31.934,00 €	
05. Subsídios	65.956,25 €	65.956,25 €	0,00 €		
06. Outras despesas correntes	209.734,12 €	208.084,12	1.650,00 €		
Total	21.158.671,15 €	17.328.285,07 €	3.830.386,08€	212.328,57 €	319.332,57 €

Despesa de Capital

Relativamente às despesas de capital verifica-se que as aquisições de bens de capital, que correspondem aos projectos e acções definidos no PPI (a pormenorizar aquando da análise das Grandes Opções do Plano - GOPS), constituem a tipologia da despesa de capital com maior significado.

As despesas de capital, em termos globais, representam cerca de 18,63% das despesas totais realizadas e tiveram uma taxa de execução de 26%.

Fazendo uma análise das despesas de capital por capítulo económico verifica-se que:

- As aquisições de bens de capital apresentam uma execução de 16% e representam 9,80% da despesa total e 52,60% das despesas de capital;
- As transferências de capital apresentam uma execução de 19% e não têm expressão em termos de peso nas despesas de capital e em termos de peso na despesa total;
- Os activos financeiros apresentam uma execução de apenas 5% pois em sede de previsões iniciais, nos termos do Decreto - Lei n.º 244/2009 de 22 de Setembro, foi previsto um pagamento à Polis Litoral Sudoeste no valor de € 522.667,00 que não efectivou;
- Os passivos financeiros referentes a encargos com empréstimos apresentam um nível de execução de 91% e representam 8,56% da despesa total e 45,97% das despesas de capital;
- Não se realizaram pagamentos relativos a outras despesas de capital.

Quanto aos compromissos assumidos relativos a despesas de capital, no exercício de 2010 estes totalizaram € 10.082.009,56 dos quais ficaram por pagar e transitaram para o exercício económico seguinte € 4.304.963,93.

Destaca-se o capítulo económico 07. Aquisição de bens de capital que apresenta compromissos por pagar de € 4.097.589,50 que representam cerca de 95% do montante global.

Relativamente aos compromissos futuros registados em 2010 referentes a 2011 estes totalizam o montante de € 6.159.546,19 e referem-se a passivos financeiros e encargos plurianuais com empreitadas em curso, das quais se destacam a construção da Escola Básica e Jardim de Infância EB 2,3 – Vasco da Gama, a Reabilitação/Reperfilamento do Caminho Municipal 1115 e a Regeneração Urbana de Sines, que inclui a Requalificação da Avenida Vasco da Gama, Falésia e Ligação Vertical ao Centro Histórico, construção do Pátio das Artes, Requalificação e Construção de Espaços Pedonais, Repavimentação e Requalificação de Arruamentos e Câmara Velha.

Para uma análise mais detalhada da despesa de capital e dos compromissos assumidos apresentam-se os quadros seguintes:

Quadro XIV – Despesas de Capital e compromissos assumidos por capítulo económico

Capítulo Económico	2010				
	Orçamento (previsões corrigidas)	Despesa Paga	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
07. Aquisição de bens de capital	18.499.538,07	3.038.853,65	52,60%	9,80%	16%
08. Transferências de capital	280.718,00	52.324,93	0,91%	0,17%	19%
09. Activos Financeiros	577.667,00	30.000,00	0,52%	0,10%	5%
10. Passivos Financeiros	2.930.000,00	2.655.867,05	45,97%	8,56%	91%
11. Outras despesas de capital	60.500,00	0,00	0,00%	0,00%	0%
Total de Receitas de Capital	22.348.423,07	5.777.045,63	100,00%	18,63%	26%

Despesa de Capital	Compromissos Assumidos				
	Compromissos 2010			Compromissos Futuros	
	Assumidos 2010	Pagos 2010	2011 (Por pagar a 31.12.2010)	Compromissos 2011	Anos seguintes
07. Aquisição de bens de capital	7.136.443,15 €	3.038.853,65	4.097.589,50 €	4.550.700,38 €	133.865,32 €
08. Transferências de capital	196.487,27 €	52.324,93	144.162,34 €		
09. Activos financeiros	55.000,00 €	30.000,00	25.000,00 €		
10. Passivos Financeiros	2.655.867,05 €	2.655.867,05	0,00 €	1.608.845,81 €	7.942.546,11 €
11. Outras despesas de capital	38.212,09 €	0	38.212,09 €		
Total	10.082.009,56 €	5.777.045,63 €	4.304.963,93 €	6.159.546,19 €	8.076.411,43 €

Rácios da Estrutura da Despesa

Quadro XV – Rácios de estrutura da despesa

Indicadores de Gestão		2008	2009	2010
1	Receita Total	22.724.770,49	31.175.195,77	23.790.289,80
	Despesa Total	22.708.138,14	31.008.789,79	23.105.330,70
2	Receita corrente	18.335.325,66	16.287.073,72	20.385.458,75
	Despesa Corrente	16.444.520,16	19.909.678,41	17.328.285,07
3	Despesa Corrente	16.444.520,16	19.909.678,41	17.328.285,07
	Despesa total	22.708.138,14	31.008.789,79	23.105.330,70
4	Receitas próprias	14.138.003,12	11.055.995,19	16.135.062,79
	Despesa Total	22.708.138,14	31.008.789,79	23.105.330,70
5	Fundos Municipais	3.912.068,00	4.107.671,00	4.149.778,00
	Despesa Total	22.708.138,14	31.008.789,79	23.105.330,70
6	Passivos financeiros	500.000,00	12.088.618,93	2.655.867,05
	Receita Total	22.724.770,49	31.175.195,77	23.790.289,80
7	Passivos financeiros	500.000,00	12.088.618,93	2.655.867,05
	Despesa total	22.708.138,14	31.008.789,79	23.105.330,70
8	Serviço da dívida	1.581.397,24	13.101.785,75	2.906.857,53
	Despesa Total	22.708.138,14	31.008.789,79	23.105.330,70
9	Receita corrente	18.335.325,66	16.287.073,72	20.385.458,75
	Despesa Total	22.708.138,14	31.008.789,79	23.105.330,70
10	Passivos financeiros	500.000,00	12.088.618,93	2.655.867,05
	Investimento	4.406.677,76	9.377.225,90	3.005.833,44
11	Compromissos assumidos	41.071.589,82	54.850.013,65	31.240.680,71
	Despesa total	22.708.138,14	31.008.789,79	23.105.330,70
12	Compromissos assumidos	41.071.589,82	54.850.013,65	31.240.680,71
	Receita total	22.724.770,49	31.175.195,77	23.790.289,80

Indicador 1 – Em todos os exercícios económicos o saldo da gerência foi positivo, ou seja as receitas totais superaram as despesas totais realizadas, sendo este aspecto mais evidente no ano de 2010;

Indicador 2 – Em 2010 a receita corrente representa 118% das despesas correntes realizadas, sendo o saldo corrente positivo;

Indicador 3 – No ano de 2010 a despesa corrente representa 75% da despesa total. O ano de 2010 foi aquele em que as despesas correntes tiveram maior peso no total das despesas realizadas;

Indicador 4 – Na gerência de 2010 as receitas próprias representaram 70% da despesa total e à semelhança do que foi referido para o indicador anterior, também foi em 2010 que as receitas próprias foram mais significativas relativamente à despesa total;

Indicador 5 – Os fundos municipais (FEF e FSM), atribuídos conforme Mapa XIX – Transferências para os Municípios, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril – Lei do Orçamento de Estado 2010, representam 18% da despesa total realizada no ano 2010;

Indicador 6 – Em 2010 os passivos financeiros, receita referente aos encargos com empréstimos pagos durante a gerência, representam cerca de 11% da receita total;

Indicador 7 – Em 2010 os passivos financeiros, ou seja as amortizações de capital relativas a empréstimos de médio e longo prazo contratados representam cerca de 11% da despesa total;

Indicador 8 – No respeitante ao serviço da dívida, indicador que consiste no somatório dos juros da dívida pública com os passivos financeiros (despesa), este representa 13% da despesa total;

Indicador 9 – O ano de 2010 foi aquele em que a receita corrente apresentou um maior significado relativamente à despesa total (88%);

Indicador 10 – Da análise ao peso dos passivos financeiros (receita) no nível de investimento constata-se que em 2010 estes têm uma representatividade de 88%;

Indicador 11 – Os compromissos assumidos, quer para o exercício de 2010 quer para exercícios futuros, relativamente à despesa total realizada em 2010 têm um peso de 135%, contra 177% em 2009 e 181% em 2008;

Indicador 12 – No respeitante à receita total, na gerência de 2010 os compromissos futuros tem um peso de 131%, contra 176% em 2009 e 181% em 2008.

2. Análise das Grandes Opções do Plano – GOP

2.1 Execução das GOP³

Em conformidade com o ponto 2.3. do POCAL os documentos previsionais a apresentar pelas autarquias locais são as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Anual. Portanto, para além da análise da execução orçamental ao nível da despesa e da receita importa também fazer uma análise à execução destes documentos previsionais.

Nas GOP são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e estas incluem designadamente as Actividades Mais Relevantes (AMR's) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Nas AMR's são evidenciadas as actividades, de carácter corrente, a desenvolver num exercício económico ao passo que no PPI são incluídos os projectos e acções que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, num horizonte móvel de 4 anos.

No ano de 2010 a execução das AMR's em termos globais atingiu 66% da despesa inicialmente prevista, sendo que as funções gerais apresentaram uma execução de 70%, as funções sociais 66% e as funções económicas de 46%.

Em termos absolutos a execução de 2010 foi mais relevante comparativamente com o total da execução das AMR's de anos anteriores, na medida em que foi executado um montante de € 3.113.940,28 contra € 2.568.606,67 nos outros anos.

Quadro XVI – Actividades Mais Relevantes – Execução Anual

Actividades Mais Relevantes	Montante Previsto	Montante Executado			
	2010	Anos anteriores	2010	Total	% exec. 2010
Funções Gerais	1.654.283,00 €	1.041.733,95 €	1.164.300,48 €	2.206.034,43 €	70%
Serviços Gerais da Adm. Pública	1.408.733,00 €	990.233,95 €	1.082.284,15 €	2.072.518,10 €	77%
Segurança e Ordem Pública	245.550,00 €	51.500,00 €	82.016,33 €	133.516,33€	33%
Funções Sociais	2.658.505,00 €	1.377.329,93 €	1.748.467,55 €	3.125.797,48€	66%
Educação	275.508,00 €	114.644,29 €	228.011,43 €	342.655,72 €	83%
Segurança e Acções Sociais	178.433,00 €	189.856,21 €	131.590,41 €	321.446,62 €	74%
Habitação e Serviços Colectivos	24.103,00 €	10.933,52 €	17.128,48 €	28.062,00 €	71%
Serviços Cul., Rec. E Religiosos	2.180.461,00 €	1.061.895,91 €	1.371.737,23 €	2.433.633,14 €	63%
Funções Económicas	438.174,84 €	149.542,79 €	201.172,25 €	350.715,04 €	46%
Transportes e Comunicações	36.450,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Comércio e Turismo	401.724,84 €	149.542,79 €	201.172,25 €	350.715,04 €	0%
Total	4.750.962,84 €	2.568.606,67 €	3.113.940,28 €	5.682.546,95 €	66%

³ Esta análise tem por base os mapas relativos à “ Execução Anual das Actividades mais Relevantes” ponto de ordem n.º 12 e “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos” ponto de ordem n.º 11, que constam do Volume II da Prestação de Contas

No que concerne ao PPI a gerência de 2010 teve uma execução de 16% relativamente ao montante previsto. As funções gerais apresentam uma execução de 20%, as funções sociais de 17% e as funções económicas foram executadas em 10% do perspectivado.

Em termos globais, constata-se que o montante executado em 2010 (€ 3.038.853,65) representa 29% do executado total (€ 10.428.434,47).

Quadro XVII – Plano Plurianual de Investimentos

Plano Plurianual de Investimentos	Montante Previsto	Montante Executado			
	2010	Anos anteriores	2010	Total	% exec. 2010
Funções Gerais	2.984.078,00 €	2.385.967,93 €	595.357,58 €	2.981.325,51 €	20%
Serviços Gerais da Adm. Pública	2.964.078,00 €	2.385.967,93 €	595.357,58 €	2.981.325,51 €	20%
Segurança e Ordem Pública	20.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Funções Sociais	13.307.735,07 €	4.434.244,18 €	2.220.036,51 €	6.654.280,69 €	17%
Educação	4.415.060,07 €	759.457,14 €	1.300.318,61 €	2.059.775,75 €	29%
Segurança e Acções Sociais	89.254,00 €	5.907,00 €	10.437,00 €	16.344,00 €	12%
Habitação e Serviços Colectivos	7.159.011,00 €	2.566.527,22 €	726.547,45 €	3.293.074,67 €	10%
Serviços Cult., Rec. e Religiosos	1.644.410,00 €	1.102.352,82 €	182.733,45 €	1.285.086,27 €	11%
Funções Económicas	2.178.725,00 €	569.368,71 €	223.459,56 €	792.828,27 €	10%
Indústria e Energia	349.113,00 €	148.739,53 €	8.014,73 €	156.754,26 €	2%
Transporte e Comunicações	1.684.612,00 €	420.629,18 €	215.444,83 €	636.074,01 €	13%
Comércio e Turismo	145.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Outras Funções	29.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Diversas não especificadas	4.415,060,07 €	759.457,14 €	1.300.318,61€	2.059.775,75 €	29%
Total	18.499.538,07 €	7.389.580,82 €	3.038.853,65 €	10.428.434,47 €	16%

3. Análise Patrimonial

3.1 Componente Económica⁴

Custos

As contas patrimoniais da classe 6 – Custos e Perdas reflectem todos os custos e perdas que a autarquia suporta no decorrer da sua actividade, representando assim as diminuições da situação líquida e desdobram-se em custos operacionais (actividade corrente), custos financeiros (operações financeiras) e custos de natureza excepcional (extraordinária).

No respeitante ao exercício económico de 2010 o total dos custos e perdas totalizam € 20.913.591,12. Os custos operacionais representa 96% do total dos custos e perdas, com destaque para os custos com o pessoal⁵ (44%) e fornecimentos e serviços externos (22%). As amortizações do exercício também assumem um peso significativo (11%). Os custos financeiros (juros empréstimos bancários, juros de locação financeira, serviços bancários e outros juros) tem uma importância de apenas 1% no cômputo geral dos custos e perdas do exercício e os custos extraordinários (transferências de capital⁶ concedidas, abates de imobilizado e correcções relativas a anos anteriores) representam 3%.

Quadro XVIII – Análise de Custos

Contas da Demonstração de Resultados	Montante	%
Custas e Perdas		
Custos e Perdas Operacionais		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	328.906,36 €	2%
Fornecimentos e serviços externos	4.653.711,78 €	22%
Transferências e subsídios correntes concedidos	1.866.389,61 €	9%
Custos com o pessoal	9.256.942,36 €	44%
Amortizações do exercício	2.223.424,53 €	11%
Provisões do exercício	1.680.900,95 €	8%
Outros custos e perdas operacionais	62,15 €	0%
Total de Custos e Perdas Operacionais	20.010.337,74 €	96%
Total de Custos e Perdas Financeiras	252.672,67 €	1%
Total de Custos e Perdas Extraordinárias	650.580,71 €	3%
Total de Custos e Perdas	20.913.591,12 €	100%

⁴ A análise aqui apresentada tem por base a “Demonstração de Resultados” ponto de ordem n.º 4, que é parte integrante da Prestação de Contas – Volume II

⁵ O valor dos custos com pessoal não é comparável com o valor relativo à execução orçamental pois inclui movimentos relativos à especialização do exercício.

⁶ Em conformidade com as disposições do POCAL as transferências de capital concedidas são consideradas como “custos e perdas extraordinárias”.

Proveitos

Nas contas de proveitos registam-se todos os proveitos e ganhos que a entidade obtém na sua actividade, representando assim os aumentos da situação líquida decorrentes da actividade da autarquia.

Na gerência de 2010 os proveitos e ganhos totalizaram o montante de € 24.651.417,78. Os proveitos operacionais, os quais resultam da actividade corrente da autarquia, representam 82% do montante total dos proveitos. Relativamente aos proveitos e ganhos financeiros (juros obtidos, ganhos em entidades participadas, rendimentos de imóveis etc.) estes têm pouco significado, pois representam apenas 2% dos proveitos totais.

A relevar os proveitos e ganhos extraordinários (com um peso de 15%), o que resulta de ganhos em immobilizações, em concreto da permuta de terrenos efectuada com a APS – Administração do Porto de Sines.

Quadro XIX – Análise de Proveitos

Contas da Demonstração de Resultados	Montante	%
Proveitos e Ganhos		
Proveitos e Ganhos Operacionais		
Vendas e prestação de Serviços	3.086.099,40 €	13%
Impostos e taxas	10.582.711,52 €	43%
Transferências e subsídios obtidos	6.633.680,36 €	27%
Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	20.302.491,28 €	82%
Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	543.460,25 €	2%
Total de Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.805.466,25 €	15%
Total de Proveitos e Ganhos	24.651.417,78€	100%

Resultados

Pela análise aos resultados operacionais constata-se que os proveitos operacionais foram suficientes para comportar a despesa da mesma natureza, ou seja os proveitos resultantes da actividade corrente comportaram os encargos correntes, sendo o resultado operacional de € 292.153,54.

Situação semelhante acontece com as operações de cariz financeiro, sendo os resultados financeiros positivos e no montante de € 290.787,58. Os resultados correntes resultam da soma entre os resultados operacionais e os resultados financeiros e no exercício económico de 2010 totalizaram € 582.941,12.

Os resultados extraordinários são positivos e no montante de € 3.154.885,54.

Pelo somatório entre os resultados correntes e os resultados extraordinários obtemos o resultado líquido do exercício, através do qual é possível avaliar a performance económico-financeira da entidade.

Em 2010 o resultado líquido do exercício foi positivo e importou em € 3.737.826,66.

Quadro XX – Análise de Resultados

Contas da Demonstração de Resultados	Montante
Resultados Operacionais	
Proveitos Operacionais – Custos Operacionais	292.153,54 €
Resultados Financeiros	
Proveitos Financeiros – Custos Financeiros	290.787,58 €
Resultados Correntes	
Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	582.941,12 €
Resultados Extraordinários	
Proveitos Extraordinários – Custos Extraordinários	3.154.885,54 €
Resultado Líquido do Exercício	
Resultados Correntes + Resultados Extraordinários	3.737.826,66 €

Evolução da Demonstração de Resultados

Quadro XXI – Evolução da Demonstração de Resultados – Custos e Perdas

Contas da Demonstração de Resultados	2008		2009		2010	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
CUSTOS E PERDAS						
Custos e Perdas Operacionais						
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	70.024,58	0,33%	547.862,82	2,71%	328.906,36 €	1,57%
Fornecimentos e serviços externos	5.667.271,16	27,05%	5.776.084,90	28,53%	4.653.711,78 €	22,25%
Transf. e subsídios correntes concedidos	1.715.975,10	8,19%	1.804.249,20	8,91%	1.866.389,61 €	8,92%
Custos com o pessoal	7.522.144,05	35,91%	8.845.398,84	43,69%	9.256.942,36 €	44,26%
Amortizações do exercício	1.859.852,01	8,88%	2.168.947,79	10,71%	2.223.424,53 €	10,63%
Provisões do exercício	92.350,26	0,44%	40.457,90	0,20%	1.680.900,95 €	8,04%
Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	62,15 €	0,00%
Total de Custos e Perdas Operacionais	16.927.617,16	80,80%	19.183.001,45	94,76%	20.010.337,74 €	95,68%
Total de Custos e Perdas Financeiras	1.413.931,72	6,75%	678.680,41	3,35%	252.672,67 €	1,21%
Total de Custos e Perdas Extraordinárias	724.548,76	3,46%	1.087.416,52	5,37%	650.580,71 €	3,11%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	19.066.097,64	100,00%	20.949.098,38	100,00%	20.913.591,12 €	100,00%

Em termos gerais os custos e perdas do exercício de 2010 foram idênticos aos do exercício de 2009.

Os custos e perdas operacionais sofreram ao longo do triénio um aumento do seu peso relativo no total dos custos e perdas. Em termos absolutos na gerência de 2010 sofreram um acréscimo de € 827.336,29 face a 2009.

Comparativamente a 2009 os custos e perdas financeiras tiveram na gerência de 2010 uma diminuição de € 426.007,74, o que representa uma redução de 63%.

Os custos e perdas extraordinárias relativamente a 2009 diminuíram cerca de € 436.835,81.

Quadro XXII – Evolução da Demonstração de Resultados – Proveitos e Ganhos

Contas da Demonstração de Resultados	2008		2009		2010	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
PROVEITOS E GANHOS						
Proveitos e Ganhos Operacionais						
Vendas e prestação de Serviços	3.940.551,79	18,91%	2.759.887,48	11,10%	3.086.099,40	12,52%
Impostos e taxas	9.653.387,07	46,33%	6.323.181,59	25,44%	10.582.711,52	42,93%
Transferências e subsídios obtidos	5.603.365,50	26,89%	6.605.709,93	26,58%	6.633.680,36	26,91%
Total Proveitos e Ganhos Operacionais	19.197.304,36	92,13%	15.688.779,00	63,12%	20.302.491,28	82,36%
Total Proveitos e Ganhos Financeiros	651.363,25	3,13%	590.761,97	2,38%	543.460,25	2,2%
Total Proveitos e Ganhos Extraordinários	989.579,72	4,75%	1.189.052,98	4,78%	3.805.466,25	15,44%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	20.838.247,33	100,00%	17.468.593,95	100,00%	24.651.417,78	100,00%

No que respeita aos proveitos e ganhos na gerência de 2010, e face ao ano de 2009 verifica-se um acréscimo de € 7.182.823,83, o que em termos percentuais representa um aumento de 41,12%.

Este aumento é significativo ao nível dos proveitos e ganhos extraordinários (220,04%) e dos proveitos e ganhos operacionais (29%).

Relativamente ao resultado líquido do exercício de 2010 foi positivo no montante de € 3.737.826,66.

Analisando o triénio (2008 a 2010) verifica-se que o resultado líquido do exercício foi negativo em 2009 e positivo em 2008 e 2010.

Quadro XXIII – Evolução da Demonstração de Resultados – resultados

	2008	2009	2010
Resultados Operacionais			
Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	2.269.687,20	- 3.494.222,45	292.153,54
Resultados Financeiros			
Proveitos Financeiros - Custos Financeiros	- 762.568,47	- 87.918,44	290.787,58
Resultados Correntes			
Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	1.507.118,73	- 3.582.140,89	582.941,12
Resultados Extraordinários			
Proveitos Extraordinários - Custos Extraordinários	265.030,96	101.636,46	3.154.885,54
Resultado Líquido do Exercício			
Resultados Correntes + Resultados Extraordinários	1.772.149,69	- 3.480.504,43	3.737.826,66

3.2 Componente Financeira⁷

A análise do Activo, Fundos Próprios e Passivo apresentada nesta sede é muito sucinta sendo mais aprofundada nos “Anexos às Demonstrações Financeiras” cf. ponto 8.2 do POCAL, que são parte integrante da Prestação de Contas – Volume II, n.º de ordem n.º 16

Activo

No exercício económico de 2010 verifica-se um acréscimo do activo líquido de 4% face ao ano de 2009.

No que se refere ao imobilizado destaca-se o aumento de 56% verificado nas imobilizações incorpóreas.

Relativamente ao activo circulante há a salientar um aumento de 77% dos depósitos em instituições financeiras e caixa.

Quadro XXIV – Activo Líquido

ACTIVO LÍQUIDO	2008	2009	2010
IMOBILIZADO			
Bens de Domínio Público	23.825.830,95	24.715.335,82	24.938.454,79
Imobilizações Incorpóreas	379.594,85	634.470,90	987.172,10
Imobilizações Corpóreas	40.233.770,69	49.831.753,11	53.107.865,14
Investimentos Financeiros	234.847,41	2.330.329,81	1.916.990,89
CIRCULANTE			
Existências	408.229,65	451.910,24	510.513,48
Dívidas de terceiros - Curto prazo	3.545.290,63	2.993.853,49	2.500.623,29
Depósitos em Inst. financeiras e caixa	575.749,42	774.916,64	1.374.816,94
Acréscimos e diferimentos	779.287,48	758.448,87	381.633,22
Total	69.982.601,08	82.491.018,88	85.718.069,85

⁷ A análise aqui apresentada tem por base o “Balanço” ponto de ordem n.º 3, apresentado no Volume II da Prestação de Contas

Fundos Próprios

Em termos globais entre 2009 e 2010 os fundos próprios sofreram um acréscimo de 18%.

Verificou-se um acréscimo do Património de cerca de 2% entre 2009 e 2010 em resultado do registo contabilístico de bens que não foram objecto de registo à data do balanço inicial⁸.

Conforme já anteriormente referido o resultado líquido desta gerência é positivo.

Quadro XXV – Fundos Próprios

FUNDOS PRÓPRIOS	2008	2009	2010
Património	24.879.568,54	27.324.585,45	27.988.803,30
Ajustamento de partes de capital em empresas	-	107.834,09	-299.938,82
Reservas	185.158,03	7.311.036,65	8.440.556,65
Resultados transitados	3.437.238,40	5.125.822,13	2.671.425,32
Resultado líquido do exercício	1.772.149,69	- 3.480.504,43	3.737.826,66
Total	30.274.114,66	36.388.773,89	42.538.673,11

Passivo

Da análise ao passivo constata-se que em 2007 foi constituída uma provisão para riscos e encargos no valor de € 1.222.707,34 relativas a dívidas à ADSE a qual se mantêm nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Em 2010 este valor é reforçado pela constituição de provisão para processos judiciais em curso com as seguintes entidades: Águas de Santo André S.A. e Sisáqua – Sistemas de saneamento básico, Lda.

As dívidas a terceiros a médio e longo prazo consubstanciam-se em € 15.956.602,49 e respeitam a capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo.

As dívidas a terceiros de curto prazo comportam € 7.705.452,17 relativos a valores em dívida a fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado c/c, Fornecedores – facturas em recepção e conferência, Estado, administração autárquica e outros credores⁹.

Em termos globais o passivo sofreu um decréscimo de 7%.

⁸ Conforme Brochura n.º 2 “Elementos patrimoniais que não foram em devido tempo objecto de inscrição em sede de balanço inicial” do SATAPOCAL.

⁹ Em complemento da informação aqui explanada poderá ser consultado o ponto 3.2.5 Endividamento

Quadro XXVI - Passivo

PASSIVO	2008	2009	2010
Provisões para riscos e encargos	1.222.707,34	1.222.707,34	2.826.666,38
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	7.305.099,02	17.520.242,63	15.956.602,49
Dívidas a terceiros - curto prazo	15.308.376,02	10.510.909,99	7.705.452,17
Acréscimos e diferimentos	15.872.304,04	16.848.385,03	16.690.675,70
Total	39.708.486,42	46.102.244,99	43.179.396,74

Indicadores e Rácios Patrimoniais

Para análise da situação financeira da CMS recorreu-se ainda a um conjunto de instrumentos analíticos (indicadores/ rácios) os quais se revestem de extrema importância para a gestão.

Assim, apresentam-se de seguida alguns indicadores de gestão municipal os quais tem por base o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Quadro XXVII – Rácios Patrimoniais

		2008	2009	2010
1	Activo Circulante	6.038.748,53	5.728.930,05	5.588.754,90
	Passivo Circulante	15.308.376,02	10.510.909,99	7.705.452,17
	Grau de Liquidez Geral	39%	55%	73%
2	Disponibilidades	575.749,42	774.916,64	1.374.816,94
	Passivo Circulante	15.308.376,02	10.510.909,99	7.705.452,17
	Liquidez Imediata	4%	7%	18%
3	Fundos Próprios	30.274.114,66	36.388.773,89	42.538.673,11
	Passivo (total)	39.708.486,42	46.102.244,99	43.179.396,67
	Solvabilidade	76%	79%	99%
4	Fundos Próprios	30.274.114,66	36.388.773,89	42.538.673,11
	Activo Líquido (total)	69.982.601,08	82.491.018,88	85.718.069,85
	Autonomia Financeira	43%	44%	50%
5	Resultado Líquido do Exercício	1.772.149,69	- 3.480.504,43	3.737.826,66
	Activo Líquido (total)	69.982.601,08	82.491.018,88	85.718.069,85
	Rentabilidade do Activo Líquido	3%	-4%	4%

Indicador 1 - Com o Grau de Liquidez Geral pretende-se medir a liquidez, ou seja a capacidade de o Município cumprir os seus compromissos de curto prazo à medida que estes se vão vencendo. Revela-nos a solvência a curto prazo demonstrando em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos activos que se espera vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao vencimento das dívidas de curto prazo. Do triénio em análise verifica-se que entre os anos de 2009 e 2010 houve uma melhoria muito significativa na capacidade do Município em cumprir os prazos de pagamentos;

Indicador 2 – A liquidez imediata cinge-se apenas às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo, e permite avaliar o grau de cobertura do passivo circulante (obrigações a pagar no prazo de um ano) por disponibilidades. Constata-se que a liquidez imediata é reduzida, as disponibilidades representam 18% do passivo de curto prazo, sendo contudo o valor mais alto dos últimos 3 anos;

Indicador 3 – Através da análise à solvabilidade verifica-se a proporção relativa dos activos do Município financiados por capitais próprios versus financiados por capitais alheios. Quanto mais elevado for este rácio maior a estabilidade financeira da entidade. Em 2010 e relativamente a 2009 verifica-se que o rácio da solvabilidade sofreu um acréscimo passando de 79% para 99 %;

Indicador 4 – Pela autonomia financeira analisa-se em que percentagem é que o activo da entidade se encontra a ser financiado por capitais próprios. Fazendo a análise do triénio verifica-se que a autonomia financeira se mantém estável pelo três exercícios económicos, com um ligeiro acréscimo em 2010, em que o rácio de autonomia financeira foi de 50%;

Indicador 5 – Este indicador traduz o grau de remuneração do investimento total e permite aferir a eficiência da utilização dos recursos patrimoniais bem como da relação entre custos e proveitos, face aos activos afectos ao exercício. Em 2010 constata-se um aumento relativamente aos anos anteriores decorrente do resultado líquido do exercício positivo.

Endividamento¹⁰

No que concerne ao endividamento de curto prazo, referente a um período temporal inferior ou igual a um ano, verificou-se na gerência de 2010 uma redução da dívida desta natureza em 27%, passando-se de um montante global de dívidas de curto prazo de € 10.510.910,00 para € 7.705.452,17.

A relevar a diminuição do valor associado a fornecedores c/c e fornecedores, facturas em recepção e conferência, com diminuições de 27% e 63%, respectivamente e a salientar que em 2010 a CMS não procedeu à contratação de empréstimo de curto prazo.

¹⁰ A análise ao endividamento municipal é sustentada nos dados do Balanço, o qual é parte integrante da Prestação de Contas – Volume II

Quadro XXVIII - Endividamento de Curto Prazo

Designação	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	Variação 2010/2009
Empréstimos de curto prazo		800.000,00		-100%
Fornecedores, c/c	5.336.931,34	3.115.264,34	2.259.112,65	-27%
Fornecedores, facturas e recepção e conferência	536.411,23	900.974,62	335.814,72	-63%
Fornecedores de imobilizado, c/c	7.913.947,17 €	4.151.413,82	3.906.149,46	-6%
Estado	179.208,05 €	168.602,28	190.111,89	13%
Administração Autárquica	126.684,96 €	195.214,13	308.264,54	58%
Outros credores	1.215.193,27 €	1.179.440,80	705.998,91	-40%
Total	15.308.376,02	10.510.910,00	7.705.452,17	-27%

Relativamente ao endividamento de médio e longo prazo, e em termos globais, durante a gerência de 2010 verificou-se uma diminuição de 7% deste tipo de dívida, derivado do pagamento de amortizações de capital dos empréstimos de médio e longo prazo contratados e da conclusão dos pagamentos integrados no plano Mateus.

A dívida relativa a locação financeira apresenta um acréscimo de 316% ente a gerência de 2009 e a gerência de 2010 em resultado da aquisição de uma impressora de grandes formatos e do edifício dos CTT.

Quadro XXIX - Endividamento de Médio e Longo Prazo

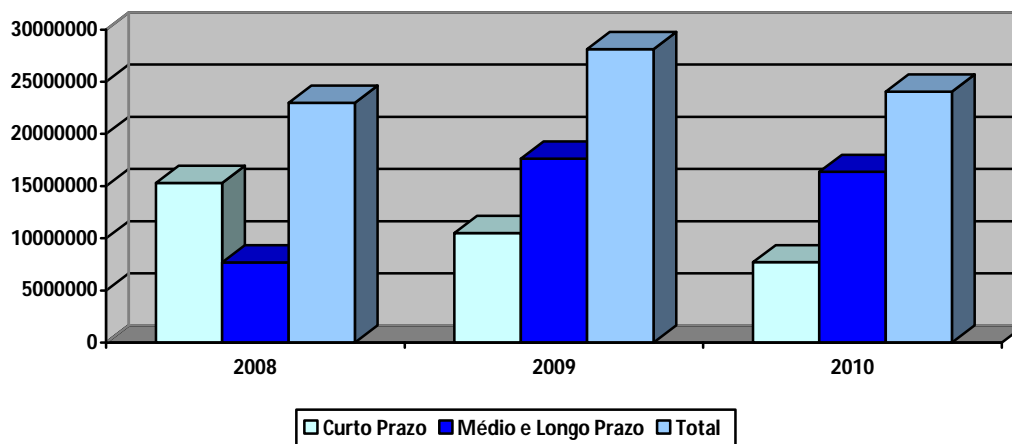
Designação	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	Variação 2010/2009
Empréstimos CMS	7.305.099,02	17.520.242,63	15.956.602,49	-9%
Locação Financeira	249.929,47	97.091,99	403.675,36	316%
Plano Mateus	133.900,95	5.860,70	0	-100%
Total	7.688.929,44	17.623.195,32	16.360.277,85	-7%

Analisando o endividamento numa perspectiva global verifica-se que entre 2009 e 2010 houve um decréscimo de 14%, o que em termos absolutos implicou uma diminuição da dívida de € 4.068.375,29.

Quadro XXX - Endividamento Total

Designação	2008	2009	2010	Varição 2010/2009
Curto prazo	15.308.376,02	10.510.910,00	7.705.452,17	-27%
Médio e longo prazo	7.688.929,44	17.623.195,32	16.360.277,85	-7%
Total	22.997.305,46	28.134.105,31	24.065.730,02	-14%

Gráfico III – Evolução do endividamento



Rácios de Endividamento

Para uma análise mais detalhada do endividamento apresenta-se o quadro abaixo onde são apresentados um conjunto de rácios que permitem uma análise da evolução dos rácios de endividamento entre 2009 e 2010.

Quadro XXXI – Rácios de Endividamento

		2009		2010	
Endividamento	Passivo	46.102.244,99	56%	43.179.396,67	50%
	Activo Líquido	82.491.018,88		85.718.069,85	
Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	17.520.242,63	21%	15.956.602,49	19%
	Activo Líquido	82.491.018,88		85.718.069,85	
Endividamento de CP	Dívidas de Curto prazo	10.510.909,99	13%	7.705.452,17	9%
	Activo Líquido	82.491.018,88		85.718.069,85	
Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de CP	800.000,00	2%	-	0%
	Passivo	46.102.244,99		43.179.396,67	
Estrutura do Endividamento MLP	Dívidas de MLP	17.520.242,63	38%	15.956.602,49	37%
	Passivo	46.102.244,99		43.179.396,67	
Estrutura do Endividamento CP	Dívidas de Curto Prazo	10.510.909,99	23%	7.705.452,17	18%
	Passivo	46.102.244,99		43.179.396,67	

Passivo = Provisões p/ riscos e encargos + Dívidas a 3.º de MLP + Dívidas a 3.º de CP + Acréscimos e Diferimentos

De um modo geral verificou-se uma melhoria nos rácios de endividamento entre 2009 e 2010.

O total do passivo representa 50% do activo líquido, sendo que o endividamento de médio e longo prazo é mais representativo (19%) que o endividamento de curto prazo (9%). As dívidas de médio e longo prazo têm um peso no passivo na ordem dos 37%, sendo que as dívidas de curto prazo são menos relevantes pois representam apenas 18% do total do passivo.

Limites de Endividamento¹¹

Considerando o disposto nos artigos 36.º, 37.º e 39.º da Lei das Finanças Locais o endividamento líquido Municipal é equivalente à diferença entre a somas dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros. Para efeitos de cálculo do limite de endividamento líquido e dos limites de empréstimos contraídos o conceito de endividamento líquido total de cada município inclui o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios proporcionais à participação de cada município no seu capital social bem como o endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local (SEL), proporcional à participação do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do SEL.

¹¹ Em conformidade com a aplicação SIAL da Direcção – Geral das Autarquias Locais e de acordo com o que determina o artigo 50.º da Lei das Finanças Locais.

Assim, o montante de endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% da soma das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Por outro lado o montante dos contratos de empréstimos de curto prazo não pode exceder 10% do somatório anteriormente referido e o montante da dívida de cada Município referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder 100% da referida soma.

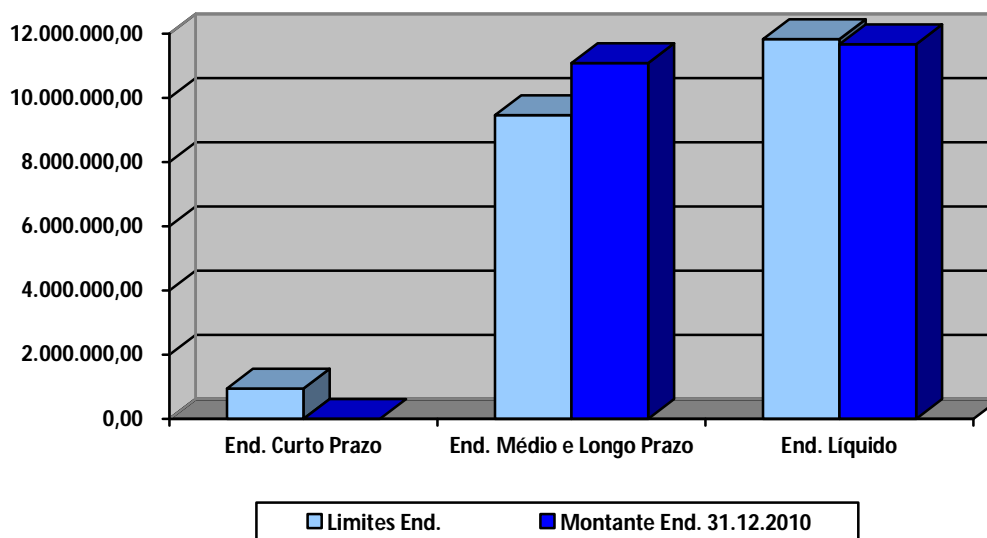
Assim, por aplicação do que vem determinado na LFL para o ano de 2010 os limites de endividamento são os que constam do quadro abaixo:

Quadro XXXII – Limites de Endividamento

	Limites de endividamento 2010	Montante de Endividamento a 31.12.2010	Situação face aos limites
Endividamento de curto prazo	945.951,26	0,00	-945.951,26
Endividamento de Médio e Longo Prazo	9.459.512,56	11.076.764,41	1.617.251,85
Endividamento Líquido	11.824.390,70	11.735.684,54	-88.706,16

Verifica-se assim que, a 31.12.2010 a CMS dispunha de margem de endividamento de curto prazo bem como de endividamento líquido, estando ultrapassada a capacidade de endividamento de médio e longo prazo (em resultado da contratação de empréstimos de médio e longo prazo no âmbito do PREDE).

Gráfico IV – Limites de Endividamento



Prazo Médio de Pagamento

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º34/2008 (publicada no DR n.º 38, 1ª série, de 22 de Fevereiro), é definido como indicador o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) registado no final de cada trimestre, visando-se a redução dos prazos de pagamento de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Assim, da aplicação do indicador anteriormente definido, obteve-se um PMP referente ao ano de 2010, de 322 dias.

Limites de Encargos com Pessoal

O Decreto – Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais revogou o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determinava que as despesas efectuadas com o pessoal do quadro não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em qualquer outra situação não poderiam ultrapassar 25% dos 60% supracitados, ou seja, 15% das receitas correntes arrecadadas no ano anterior. Ainda que o referido diploma legal tenha tido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com o pessoal, e de acordo com instruções do Tribunal de Contas, não tendo sido publicado até à data diploma que defina nova forma de cálculo, é aplicado o previsto no Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril¹²

Assim, conforme quadro abaixo, quer as despesas com pessoal do quadro quer com pessoal em qualquer outra situação encontram-se dentro dos limites fixados. De salientar que o total dos encargos com pessoal, do Município, em 2010 foi de € 9.254.093,78, no entanto de acordo com instruções do SATAPOCAL para o cálculo dos limites dos encargos com pessoal apenas revelam algumas classificações económicas.

Quadro XXXIII – Encargos com Pessoal

	Limite 2010		Execução 2010	
Receitas Correntes – 2009	16.287.073,72	%	Dezembro	%
Pessoal Quadro – 2010	9.772.244,23	60%	5.466.031,08	33,56%
Pessoal Q. O. Situação - 2010	2.443.061,06	15%	1.227.620,34	12,56%

¹² Ao abrigo da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, sempre que os municípios se integrem em associações de municípios com fins específicos, os seus encargos com pessoal relevam para os limites de encargos com pessoal dos municípios. No entanto, as Associações de Municípios não disponibilizaram esta informação em tempo útil pelo que os valores apresentados respeitam apenas aos encargos do Município.

Fundo Social Municipal

Relativamente à repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, a Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), no art. 19.º e art. 24.º determina que o Fundo Social Municipal (FSM) é uma subvenção específica cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou acção social.

No ano 2010 e à semelhança do que já tinha acontecido em anos anteriores, as receitas provenientes do FSM destinaram-se às competências exercidas no domínio da educação.

Conforme o mapa XIX do Orçamento de Estado 2010, relativamente ao FSM este município recebeu em 2010 o montante de € 279.064,00, os quais se distribuíram da seguinte forma:

- 29,5% na razão directa do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público e,
- 70,5% na razão directa do número de jovens que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico público.

Assim, temos que para o ensino pré-escolar foram destinados € 82.323,88 e para o 1.º ciclo € 196.740,12.

Quadro XXXIV – Fundo Social Municipal – OE 2010

FSM 2010	Orçamento de Estado 2010	
	Receita Total	Receita Trimestral
Pré - escolar	82.323,88	20.580,97
Ensino Básico	196.740,12	49.185,03
	279.064,00	69.766,00

Quanto às despesas realizadas durante o ano de 2010, os valores apresentam-se conforme quadro abaixo:

Quadro XXXV – Fundo Social Municipal

2010	Despesa	Receita FSM	Receita/Despesa
Pré - escolar	121.317,08	82.323,88	68%
Ensino Básico	1.465.277,73	196.740,12	13%
	1.586.594,81	279.064,00	18%

Verifica-se assim que a receita do Orçamento de Estado não comportou os encargos que o Município teve com despesas de educação, sendo que relativamente ao ensino pré-escolar a receita representa 68% da despesa e no que concerne ao ensino básico a receita comporta apenas 13% da despesa efectiva. Em termos globais o FSM representa 18% da despesa total realizada com a educação.

Evolução da Dívida de Terceiros

A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo nem sempre esse pagamento é atempado, ou seja verifica-se o fornecimento do bem ou a prestação do serviço sem que se receba de imediato a correspondente contrapartida monetária.¹³

No final da gerência de 2010 o município tinha por receber de terceiros um montante total de € 2.499.277,29.

Comparativamente com os anos anteriores verificou-se um decréscimo em relação a 2009 de 15,42% e, em relação a 2008, um decréscimo de 29,48%. Os elementos apresentados têm suporte nos balancetes dos referidos anos económicos, sendo de ressaltar que esta informação tem a sua base nos registos documentais existentes nos diversos serviços municipais.

Quadro XXXVI – Dívidas de terceiros

	2008	2009	2010
Clientes c/c	456.195,70	551.069,64	626.353,53
Contribuintes c/c	183.563,42	199.091,00	211.254,58
Utentes c/c	594.826,14	412.358,31	475.135,19
Devedores de Transferências para as autarquias	2.309.359,37	1.792.453,83	1.186.533,99
Total	3.543.944,63	2.954.972,78	2.499.277,29

¹³ Em termos contabilísticos os valores a receber de terceiros estão repartidos entre “Clientes c/c”, “Contribuintes c/c” e “utentes c/c”. Consideram-se como clientes todos os compradores de bens produzidos ou adquiridos para venda. Os contribuintes são todos os devedores de impostos ou taxas a pagar à autarquia, e por último, como clientes todos os compradores de bens produzidos ou adquiridos para venda, os contribuintes são todos os devedores de impostos ou taxas a pagar à autarquia, e por último, os utentes são todos os devedores. No final de cada exercício económico são criadas provisões de cobranças duvidosas, sendo que nos termos do POCAL, consideram-se de cobrança duvidosa dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Parte V - Conclusão

1. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Importa ainda referir que, de acordo com o estabelecido em sede de POCAL, no início de cada exercício, o Resultado Líquido do Exercício do ano transacto é transferido para a conta 59 "Resultados Transitados".

Tendo em consideração que resultado líquido apurado no exercício em análise é positivo (no montante dev€ 3.737.826,66), de 5% do valor transitado será constituído um reforço da conta 571 "Reservas Legais" no montante de 186.891,33€.

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

2.1. Organização dos Serviços do Município de Sines – Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais

De salientar que em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o Município de Sines procedeu à revisão da sua estrutura organizacional.

A reorganização dos serviços teve subjacente a promoção de uma administração mais eficiente e modernizada, que contribua para a melhoria das condições de exercício da missão e das atribuições do Município.

O novo modelo de estrutura orgânica da CMS obedece ao modelo de estrutura hierarquizada e é composta pelos seguintes tipos de unidades orgânicas:

- ↳ Estrutura Nuclear - 4 Unidades orgânicas nucleares (Departamentos);
- ↳ 13 Unidades orgânicas flexíveis;
- ↳ 38 Subunidades orgânicas;
- ↳ 2 Equipas de projecto.

2.2. Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infracções Conexas – 2010

De acordo com o previsto no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas para o exercício de 2010 e em conformidade com a recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção e Corrupção, foi elaborado o Relatório de Avaliação do Plano onde se expressa o grau da sua execução e procedeu-se à actualização/revisão do Plano para o exercício de 2011, com a identificação dos riscos por área de actividade, probabilidade de ocorrência e com as medidas a adoptar pelo Município de Sines em 2011, bem como os serviços responsáveis por cada uma dessas medidas.

2.3. Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de projectos com participações de fundos comunitários

Na sequência do procedimento de contratação iniciado em 2010 e nos termos da deliberação de 07.04.2011 do Órgão Executivo da Câmara Municipal de Sines e da deliberação da Assembleia Municipal de 11.04.2011, procedeu-se à contratação de um empréstimo no valor de € 2.393.813,62 destinado ao financiamento de projectos com participações de fundos comunitários, que a 12.04.2011 foi adjudicado ao Banco Espírito Santo.

Contudo, em conformidade com o Acordo celebrado entre a associação Nacional de Municípios Portugueses e o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, esta contratação está dependente de despacho favorável do Ministro das Finanças e à aprovação da candidatura apresentada.

2.4. Orçamento de Estado 2011 – artigo 183.º - Regularização extraordinária dos pagamentos a fornecedores do sector público administrativo e empresarial

Decorre do art.º 183º do OE 2011, uma obrigação para os órgãos de gestão das entidades dos sectores públicos administrativo e empresarial, em assegurar a divulgação, nas respectivas páginas electrónicas, relativamente à situação das dívidas a fornecedores a 31 de Dezembro de 2010, e no final de cada semestre de 2011. Esta informação deve ser divulgada tendo por base uma estrutura definida pela Inspeção Geral de Finanças, tendo em conta a data de vencimento e a natureza dos bens e serviços

2.5. Contrato de Empréstimo de Curto Prazo 2011

Em conformidade com a Lei das Finanças Locais os municípios para fazer face a dificuldades de tesouraria podem recorrer à contratação de empréstimos de curto prazo e o valor a contratar não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Para o ano 2009 este limite era de € 987.055,47. Em conformidade com a alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro compete ao órgão deliberativo a aprovação ou autorização da contratação de empréstimos e relativamente ao empréstimo de curto prazo, e de acordo com o regime de crédito dos municípios previsto no artigo 38.º da LFL, a aprovação de empréstimos de curto prazo pode ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento.

Assim, quando o Órgão Deliberativo aprovou a 22.12.2010 o Orçamento Municipal 2011 aprovou também a contratação do empréstimo de curto prazo para esse ano.

A 16.03.2011 foi formalizado contrato com o Banco Santander Totta para um empréstimo de curto prazo até € 1.100.000,00, sendo que do valor total contratado ainda não foi utilizada qualquer verba.